



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

**RESOLUÇÃO N° 16/2025-, DE 14 DE JULHO DE 2025**

Aprova alteração no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Políticas Públicas e Gestão Social - Bacharelado Interdisciplinar da Faculdade de Humanidades/FIH da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, aprovado pela Resolução CONSEPE n. 32, de 23 de outubro de 2024.

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, e tendo em vista o que deliberou em sua 225ª reunião, sendo a 162ª sessão em caráter ordinário, realizada no dia 10 de julho de 2025;

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar a alteração no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Políticas Públicas e Gestão Social - Bacharelado Interdisciplinar da Faculdade de Humanidades/FIH.

Art. 2º A Nota de Alteração do Projeto Pedagógico do Curso encontra-se anexa a esta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação pelo CONSEPE.

Heron Laiber Bonadiman  
Presidente do Consepe/UFVJM



Documento assinado eletronicamente por **Heron Laiber Bonadiman, Reitor**, em 15/07/2025, às 11:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1817675** e o código CRC **7B77CF45**.

**ANEXO I À RESOLUÇÃO N° 16/2025-, DE 14 DE JULHO DE 2025**

**NOTA DE RETIFICAÇÃO PPC - Políticas Públicas e Gestão Social**

**Inclusão de Estágios Obrigatório e Não Obrigatório, Regulamento de Estágio, Plano de Transição e revisão da seção sobre Extensão**

As alterações serão acrescidas ao Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Políticas Públicas e Gestão Social - Bacharelado Interdisciplinar da Faculdade de Humanidades/FIH da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, aprovado pela Resolução CONSEPE n. 32, de 23 de outubro de 2024, conforme Anexo I, tais alterações foram aprovadas pelo Colegiado do referido Curso em 12/05/2025.

**Anexo I**

**Projeto  
Pedagógico de Curso**

**Proposta de alteração**

**Acrescenta-se:**

**Plano de Transição BCH-BPP**

A partir da criação do BPP, os discentes matriculados no BCH podem optar por permanecer no curso ou migrar para o BPP. Es operacionalização e especificidades dessas duas opções.

**Primeira opção: Migração do BCH para o BPP**

Ressalta-se que o novo curso tem viés mais profissionalizante e por isso pode permitir melhor inserção laboral. Nesse sentido, para que migrem para o BPP haverão algumas mudanças nos requisitos de carga horária. A tabela 1 detalha a composição da carga horária para comparando os requisitos:

Tabela 1: Síntese para integração curricular do BPP e BCH

Básico	Carga horária do Eixo	660h	360h

<b>Carga horária do Eixo Interdisciplinar</b>	720h	900h
<b>Carga horária do Eixo Temático</b>	300h	540h
<b>Carga horária do Eixo Linguagem</b>	0	180h
<b>Trabalho de Conclusão de Curso-TCC</b>	200h	210h
<b>Atividades Complementares -AC</b>	100h	210h
<b>Atividades de Extensão</b>	240h	0h
<b>Estágio</b>	180h	0h
<b>Total</b>	2400h	2400h

A primeira diferença importante diz respeito às **disciplinas obrigatórias**. O BCH demandava 360 horas de disciplinas obrigatórias do 1º semestre e Projeto de pesquisa), enquanto o BPP demanda 660 horas (10 disciplinas dos 1º e 2º semestres e Projeto de Pesquisa). Entre as obrigatórias, duas não existiam no BCH (1. Teoria Política; e 2. Estado e Comunidades Tradicionais) e quatro eram disciplinas eletivas do Eixo Filosofia política e dignidade humana; 2. Cidadania no Brasil; 3. Economia Política e Estado; e 4. Seminários do Vale do Jequitinhonha) disciplinas, a fim de organizar a transição, haverá limite de vagas nos dois primeiros semestres de 2025, para priorizar as matrículas dos alunos término do curso. Casos excepcionais serão analisados no ajuste de matrícula.

Em relação ao **Eixo Interdisciplinar**, no BCH havia a necessidade de cumprir 900 horas de disciplinas, enquanto no BPP o nú reduzido para 720. Com a mudança de projeto, foram criadas novas disciplinas e outras disciplinas do BCH não serão mais oferecidas. As d Interdisciplinar do BCH sem equivalência no BPP serão consideradas como horas cursadas do Eixo Interdisciplinar do BPP. Adicionalmente, a d – Fundamentos de Filosofia, obrigatória no BCH será considerada como disciplina do Eixo Interdisciplinar no contexto de transição de curso. Se disciplinas que se enquadram nessa condição. As ementas dessas disciplinas estão disponíveis no Projeto Pedagógico do BCH.

#### Eixo Obrigatório

- BCH003 - Fundamentos de filosofia

#### Eixo Interdisciplinar

- BCH078 - Religião e construção do simbólico
- BCH085 - Teorias do conhecimento
- BCH069 - Introdução à fenomenologia
- BCH084 Teorias da arte, cultura e estética
- BCH054 - Arte e educação: resistência, memória e emancipação
- BCH070 - Microeconomia e macroeconomia
- BCH076 - Psicologia do desenvolvimento humano
- BCH062 - Educação, Diversidade e Inclusão
- BCH074 - Pessoa, comunidade e formação humana

PPC\_BPP\_2025,  
item 15 - Transição Curricular, p. 118, antes da "Tabela de equivalências do Currículo 2019 BCH e Currículo 2024 BPP"

#### Eixo de Linguagem

- BCH155 - Linguagem: Lógica, ciência e tecnologia
- BCH151 - Filosofia da Linguagem
- BCH153 - Introdução à Hermenêutica
- BCH156 - Lógica
- BCH154 - Linguagem, Filosofia e Imaginação
- BCH152 - Indicadores, índices e taxas

As ementas dessas disciplinas encontram-se ao final dessa seção.

No caso do **Eixo Temático**, no BCH havia necessidade de cursar 540 horas, constituídas de seis disciplinas de 90 horas, enc disciplinas desse eixo são de 60 horas e a necessidade é de cumprir 300 horas, ou seja, 5 disciplinas. Para os alunos que migrarem, serão apri horas do eixo já cursadas, independente delas terem equivalência no BPP. Isso inclui as seguintes disciplinas do Eixo Temático do BCH que nã no currículo do BPP:

- BCH 207 – Tópicos em Políticas Públicas – Educação
- BCH 203 – Tópicos em Políticas Públicas – Ciência e Tecnologia
- BCH 208 – Tópicos em Políticas Públicas – Financiamento de Políticas Públicas
- BCH 206 – Tópicos em Políticas Públicas – Diversidade
- BCH 210 – Tópicos em Políticas Públicas – Política Urbana
- BCH 201 – Tópicos em Políticas Públicas – América Latina
- BCH 214 – Tópicos em Políticas Públicas – Vale do Jequitinhonha
- BCH 211 – Tópicos em Políticas Públicas – Previdência Social
- BCH 207 – Tópicos em Políticas Públicas – Inclusão Social

As ementas dessas disciplinas encontram-se ao final dessa seção.

O **Eixo de linguagem**, que no BCH demandava três disciplinas, uma obrigatória (Oficina de texto) e duas eletivas, deixa de existir das disciplinas desse eixo cursadas no BCH passam a compor o Eixo Interdisciplinar.

Em relação ao **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**, no BCH ele se constituía de 210 horas e no BPP passa a representar 200 h As **Atividades Complementares** também diminuem de 210 horas no BCH para 100 horas no BPP.

O BPP incorpora a curricularização da Extensão, o que implica na necessidade de cumprir 10% da carga horária total do curso. **Extensão**, enquanto no BCH as atividades de extensão eram computadas como horas de Atividades Complementares. Para os casos de considerará validas todas as horas de extensão executadas pelos alunos quando matriculados no BCH. Para isso, será necessário matricular-se extensão oferecidas no quadro de ofertas do BCH e apresentar os certificados ao professor responsável. É importante ressaltar que somente ser horas em projetos de extensão cadastrados na Proexc. Além disso, não pode haver duplicidade no aproveitamento das horas de extensão Complementares e Atividades de Extensão.

Outra mudança importante é que o BPP incorpora **Estágio Obrigatório**, de 180 horas, que inexistia no BCH. O Projeto Peda elementos desse estágio, que pode ser executado remotamente e que atividades como monitoria e Iniciação Científica podem ser contabilizadas migração, horas de estágio executadas no contexto do BCH serão computadas para cumprimento desse requisito do BPP.

O BPP prevê sete semestres como **prazo mínimo para integralização**, enquanto no BCH eram seis. Os alunos a partir do 4º semestre de 2025 poderão integralizar o BPP em seis semestres.

#### **Segunda opção: Continuar no BCH**

Para os alunos que desejam continuar no BCH, são mantidas as demandas do Projeto Pedagógico do curso. No entanto, a oferta de ser orientada pelas disciplinas do BPP. Conforme tabela 2, grande parte das disciplinas têm equivalência entre os cursos, mas existem alguns considerados.

**Disciplinas dos Eixos Obrigatório e Interdisciplinar do BPP que não constam no BCH** poderão ser cursadas pelos alunos incluídas como horas do Eixo Interdisciplinar. São elas:

- BPP008 - Estado e Comunidades Tradicionais
- BPP010 - Teoria Política
- BPP026 - Estado e Crítica ao (Des)envolvimento
- BPP029 - Estrutura de Classes, Estratificação e Desigualdade Social
- BPP035 - Meio Ambiente e Sociedade
- BPP043 - Políticas Públicas e Epistemologias do Sul

Disciplinas do **Eixo Temático** do BPP poderão ser cursadas pelos alunos do BCH para completar o número de horas necessário ao curso, com a ressalva que essas disciplinas passam a ser de 60 horas e não mais 90 horas. São elas:

- BPP053 - Tópicos em Políticas Públicas – Ações Afirmativas
- BPP057 - Tópicos em Políticas Públicas – Participação e Mobilização Popular
- BPP060 - Tópicos em Políticas Públicas – Temas Contemporâneos I
- BPP061 - Tópicos em Políticas Públicas – Temas Contemporâneos II

#### **Onde se lê**

Currículo 2019 Curso - BCH			Currículo 2024 – Curso BPP		
Código	Componentes Curriculares	CR/CH	Código	Componentes Curriculares	
BCH051	<b>Sociologia da Educação</b>	60		<b>Sociologia da Educação</b>	
BCH052	<b>Políticas Educacionais</b>	75		<b>Políticas Educacionais</b>	
BCH053	<b>Psicologia da Educação</b>	75		<b>Psicologia da Educação</b>	
GEO029	<b>Espaço e Poder</b>	75		<b>Espaço e Poder</b>	
GEO065	<b>Planejamento Urbano e Regional</b>	75		<b>Planejamento Urbano e Regional</b>	
BCH071	<b>Migrações e Deslocamentos Populacionais</b>	60		<b>Migração e Deslocamentos Populacionais</b>	
BCH055	<b>Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas</b>	60		<b>Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas</b>	
BCH056	<b>Ciclo Orçamentário Brasileiro e Teoria do Estado</b>	60		<b>Finanças Públicas</b>	
BCH068	<b>Intérpretes Clássicos e Contemporâneos do Brasil</b>	60		<b>Intérpretes do Brasil</b>	

BCH061	<b>Economia Política</b>			<b>Economia Política e Estado</b>
BCH063	<b>Estado e Políticas Sociais</b>	60		<b>Estado e Políticas Sociais</b>
BCH060	<b>Economia Brasileira</b>	60		<b>Economia Brasileira</b>
BCH082	<b>Teoria Democrática</b>	60		<b>Teorias Democráticas</b>
BCH065	<b>Federalismo e Políticas Públicas</b>	60		<b>Federalismo e Políticas Públicas</b>
BCH080	<b>Sistema Político Brasileiro</b>	60		<b>Sistema Político Brasileiro</b>
BCH064	<b>Ética e Justiça</b>	60		<b>Ética e Justiça</b>
BCH067	<b>Governança Pública e Democracia</b>	60		<b>Governança Pública e Democracia</b>
BCH157	<b>Métodos Qualitativos</b>	60		<b>Pesquisa Qualitativa em Políticas Públicas</b>
GEO062	<b>Metodologia Quantitativa</b>	75		<b>Pesquisa Quantitativa em Políticas Públicas</b>
BCH081	<b>Sociologia das Organizações</b>	60		<b>Sociologia das Organizações</b>
BCH083	<b>Teoria Social Contemporânea</b>	60		<b>Teoria Social Contemporânea</b>
BCH075	<b>Planejamento Estratégico e Governamental</b>	60		<b>Planejamento e Políticas Públicas</b>
BCH077	<b>Psicologia Social</b>	60		<b>Psicologia e Compromisso Social</b>
BCH079	<b>Seminários do Vale</b>	60		<b>Seminários do Vale do Jequitinhonha</b>
BCH073	<b>Pensamento Crítico</b>	60		<b>Estado e Pensamento Crítico</b>
BCH059	<b>Direitos Humanos e Cidadania</b>	60		<b>Cidadania no Brasil</b>
BCH072	<b>Participação e Movimentos Sociais</b>	60		<b>Conflitos e Movimentos Sociais Contemporâneos</b>
BCH057	<b>Cultura e Processos de Subjetivação</b>	60		<b>Socialização e Processos de Subjetivação</b>
BCH210	<b>Tópicos em Políticas Públicas – Política Urbana</b>	90		<b>Questões Urbanas</b>
BCH058	<b>Desenvolvimento e sustentabilidade</b>	60		<b>Desenvolvimento e Políticas Públicas</b>
BCH213	<b>Tópicos em Políticas Públicas – Trabalho e Empreendedorismo</b>	90		<b>Tópicos em Políticas Públicas – e Empreendedorismo</b>
BCH212	<b>Tópicos em Políticas Públicas – Saúde</b>	90		<b>Tópicos em Políticas Públicas – Saúde</b>
BCH202	<b>Tópicos em Políticas Públicas – Assistência Social</b>	90		<b>Tópicos em Políticas Públicas – Assistência Social</b>
BCH204	<b>Tópicos em Políticas Públicas – Cultura</b>	90		<b>Tópicos em Políticas Públicas – Cultura</b>
BCH205	<b>Tópicos em Políticas Públicas – Desenvolvimento</b>	90		<b>Tópicos em Políticas Públicas – Desenvolvimento</b>

PPC\_BPP\_2025,  
item 15 - Transição Curricular, p. 118, Tabela de equivalências do Currículo 2019 BCH e Currículo 2024 BPP

Leia-se...

Currículo 2019 Curso - BCH			Currículo 2025 – Curso BPP		
Código	Componentes Curriculares	CR/CH	Código	Componentes Curriculares	
BCH051	<b>Sociologia da Educação</b>	60		<b>Sociologia da Educação</b>	
BCH052	<b>Políticas Educacionais</b>	75		<b>Políticas Educacionais</b>	
BCH053	<b>Psicologia da Educação</b>	75		<b>Psicologia da Educação</b>	
BCH071	<b>Migrações e Deslocamentos Populacionais</b>	60		<b>Migração e Deslocamentos Populacionais</b>	
BCH055	<b>Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas</b>	60		<b>Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas</b>	
BCH056	<b>Ciclo Orçamentário Brasileiro e Teoria do Estado</b>	60		<b>Finanças Públicas</b>	
BCH068	<b>Intérpretes Clássicos e Contemporâneos do Brasil</b>	60		<b>Intérpretes do Brasil</b>	
BCH061	<b>Economia Política</b>			<b>Economia Política e Estado</b>	
BCH063	<b>Estado e Políticas Sociais</b>	60		<b>Estado e Políticas Sociais</b>	
BCH060	<b>Economia Brasileira</b>	60		<b>Economia Brasileira</b>	
BCH082	<b>Teoria Democrática</b>	60		<b>Teorias Democráticas</b>	
BCH065	<b>Federalismo e Políticas Públicas</b>	60		<b>Federalismo e Políticas Públicas</b>	
BCH080	<b>Sistema Político Brasileiro</b>	60		<b>Sistema Político Brasileiro</b>	
BCH064	<b>Ética e Justiça</b>	60		<b>Ética e Justiça</b>	
BCH067	<b>Governança Pública e Democracia</b>	60		<b>Governança Pública e Democracia</b>	
BCH157	<b>Métodos Qualitativos</b>	60		<b>Pesquisa Qualitativa em Políticas Públicas</b>	
GEO062	<b>Metodologia Quantitativa</b>	75		<b>Pesquisa Quantitativa em Políticas Públicas</b>	
BCH081	<b>Sociologia das Organizações</b>	60		<b>Sociologia das Organizações</b>	
BCH083	<b>Teoria Social Contemporânea</b>	60		<b>Teoria Social Contemporânea</b>	
BCH075	<b>Planejamento Estratégico e Governamental</b>	60		<b>Planejamento e Políticas Públicas</b>	
BCH077	<b>Psicologia Social</b>	60		<b>Psicologia e Compromisso Social</b>	
BCH079	<b>Seminários do Vale</b>	60		<b>Seminários do Vale do Jequitinhonha</b>	
BCH073	<b>Pensamento Crítico</b>	60		<b>Estado e Pensamento Crítico</b>	
BCH059	<b>Direitos Humanos e Cidadania</b>	60		<b>Cidadania no Brasil</b>	
BCH072	<b>Participação e Movimentos Sociais</b>	60		<b>Conflitos e Movimentos Sociais Contemporâneos</b>	
BCH057	<b>Cultura e Processos de Subjetivação</b>	60		<b>Socialização e Processos de Subjetivação</b>	

BCH058	<b>Desenvolvimento e sustentabilidade</b>	60		<b>Desenvolvimento e Políticas Públicas</b>	
--------	-------------------------------------------	----	--	---------------------------------------------	--

**Acrescenta-se:**

A seguir incluem-se as ementas das Disciplinas do currículo BCH\_2019 que serão consideradas como créditos do Eixo Interdisciplinar do currículo BPP\_2025 para fins de transição dos alunos do BCH para o BPP, conforme especificado anteriormente nessa seção.

**BCH003 - FUNDAMENTOS EM FILOSOFIA - 60H**

**Ementa**

Origem e gênese da filosofia. Principais períodos da história da filosofia – filosofia antiga, medieval, moderna e contemporânea. Principais campos de investigação filosófica – ontologia ou metafísica, lógica, epistemologia, teoria do conhecimento, ética, filosofia política, filosofia da história, história da filosofia, estética, filosofia da linguagem. Respostas contemporâneas às questões filosóficas.

**Bibliografia básica**

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo, Mestre Jou, 1982.

GIANNOTTI, José Arthur. **Lições de Filosofia Primeira**. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

LÉVÈQUE, Pierre. **A aventura grega**. Tradução Raul Miguel Rosado Fernandes. Lisboa: Edicoes Cosmos, 1967. Coleção Rumos do Mundo.

**Bibliografia complementar**

BORNHEIM, Gerd. **Introdução ao filosofar**. Porto Alegre: Editora Globo, 1980.

CHARBONNEAU, Paul-Eugène. **Curso de Filosofia**. São Paulo: EPU, 1986.

DOMINGUES, Ivan. **Epistemologia das ciências humanas** - Positivismo e hermenêutica: Durkheim e Weber. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HOTTOIS, Gilbert. **História da Filosofia. Da Renascença à Pós-modernidade**. Lisboa: Piaget Editora, 2003.

IGLÉSIAS, Maura. "O que é filosofia?" **Curso de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

JAPIASSU, Hilton. **Nascimento e morte das ciências humanas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

REALE, G. & ANTISERI, D. **História da Filosofia**. São Paulo: Paulus, 1991.

TSUI-JAMES, E. P., BUNNIN, Nicholas. **Compêndio de filosofia**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. **Escritos de Filosofia I: Problemas de Fronteira**, São Paulo: Loyola, 1986.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. **Escritos de Filosofia III: Filosofia e Cultura**, São Paulo: Loyola, 1997.

**BCH054 - ARTE E EDUCAÇÃO: RESISTÊNCIA, MEMÓRIA E EMANCIPAÇÃO – 60 H**

**Ementa**

Resistência, Memória e Emancipação. Esta disciplina tem o propósito de dialogar sobre a arte como linguagem e expressão humana, através da qual podemos compreender processos históricos, sociais e a construção de modos de subjetivação. Objetiva, sobretudo dialogar sobre a função da arte como saber e linguagem humana. Analisa a cultura brasileira e as múltiplas narrativas culturais que dizem das histórias sociais: memórias, resistências e o desejo de emancipação dos coletivos feitos desiguais.

**Bibliografia básica**

BRANDAO, Carlos Rodrigues. O que é folclore? Coleções Primeiros Passos.

CASCUDO, L.C. Geografia dos Mitos Brasileiros. 1947

Contos Tradicionais do Brasil. 1946

**Bibliografia complementar**

DAMATTA, R. Carnavais, Malandros e Heróis. Para uma sociologia do dilema Brasileiro. Rio de Janeiro Rocco, 1997.

SOUZA, J. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2009.

RIBEIRO, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

CASCUDO, L.C. Dicionário do Folclore Brasileiro. 1969

VYGOTSKY, L. Psicologia da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 1999

**BCH062 - EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO – 60 H**

**Ementa**

Aborda as temáticas: étnico racial, gênero e classe e as políticas afirmativas (políticas de reconhecimento). Análise da cultura

brasileira e as múltiplas linguagens que a constituem. Situa a importância da educação formal (e informal) como instrumento de transformação social e de resgate das histórias sociais negadas. Debate o papel do educador como mediador do processo de uma socialização inclusiva.

#### **Bibliografia básica**

- JUNQUEIRA, Rogério Diniz (org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, 2009
- OLIVEIRA, Iolanda.(org.). **Negro e Educação: linguagens, educação, resistências e políticas públicas**. São Paulo: Ação educativa: ANEP, 2007.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

#### **Bibliografia complementar**

- LANE, Silvia. **Novas Veredas em Psicologia Social**. São Paulo. Brasiliense. 2006.
- GOHN, Maria G. **Novas teorias dos Movimentos sociais**. São Paulo, Loyola, 2008.
- GOHN, Maria G. **Manifestações e protestos no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2017.
- FREIRE, Silene (org.). **Direitos Humanos e a Questão Social na América Latina**. Rio de Janeiro: Gramma, 2009.
- HABERMAS, Jurgen. **A Inclusão do Outro**. Estudos de Teoria Política. SP, Loyola, 2002.
- NEVES, Angela Vieira. **Democracia e Participação Social**. Desafios Contemporâneos. Campinas: Papel Social, 2016.
- SORJ, Bernardo (et al.). **Economia e Movimentos Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro, 2008.

### **BCH069 - INTRODUÇÃO À FENOMENOLOGIA – 60 H**

#### **Ementa**

Crise das ciências. Fenomenologia como filosofia e método de investigação. Fundamentos husselianos. Conceitos: fenômeno, experiência, essência, intencionalidade, intersubjetividade, mundo-da-vida. Fenomenologias de outros pensadores. Ciências Humanas e fenomenologia.

#### **Bibliografia Básica**

- ALES BELLO, A. **Introdução à fenomenologia**. Bauru, SP: Edusc. 2006.
- ALES BELLO, A. **Fenomenologia e ciências humanas**. Bauru, SP: Edusc. 2004.
- DARTIGUES, A. **O que é a fenomenologia?** São Paulo: Centauro, 2008.
- ZILLES, U. A fenomenologia husseliana como método radical. In: HUSSERL, E. **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. Porto Alegre: Edipucrs, 1996. p. 11-55.

#### **Bibliografia Complementar**

- GOTO, T. A. **Introdução à psicologia fenomenológica: a nova psicologia de Edmund Husserl**. São Paulo: Paulus, 2008.
- HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- HUSSERL, E. **A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental: uma introdução à filosofia fenomenológica**. São Paulo: Forense Universitária, 2012.
- HUSSERL, E. **Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2006.
- HUSSERL, E. **Investigações Lógicas**: sexta investigação. São Paulo: Nova Cultura, 1996.
- SARTRE, J. **O existencialismo é um humanismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- STEIN, Edith. **Contribuciones a la fundamentación filosófica de la psicología y de las ciencias del espíritu**. Burgos, Espanha: Monte Carmelo. 2005.

### **BCH070 - MICROECONOMIA E MACROECONOMIA – 60 H**

#### **Ementa**

O campo da Microeconomia; as forças de mercado da oferta e da demanda; elasticidade e suas aplicações; oferta, demanda e políticas econômicas do governo; excedente do consumidor, excedente do produtor e eficiência de mercado. Principais agregados macroeconômicos. Identidades básicas de contas nacionais. O mercado monetário e o mercado de bens. Princípios metodológicos: contestação da maximização e do equilíbrio. Economia e sua complexidade: interação entre a micro e a macroeconomia. O Princípio da Demanda Efetiva e a crítica à Lei de Say. O Modelo Keynesiano de Determinação da Renda e do Emprego. Determinantes do investimento e ciclos econômicos. Modelos de crescimento com restrição externa.

#### **Bibliografia básica**

- PINHO, D.B.; VASCONCELOS, M.A.S.; TONETO Jr., R. (orgs.). **Manual de Economia**. Equipe de professores da USP. São Paulo: Saraiva, 7ª ed., 2017.
- MANKIW, G. **Introdução à Economia**. São Paulo: Cengage Learning (tradução da 6ª ed.), 2013.
- KEYNES, J.M. **A teoria geral do juro, do emprego e da moeda**. SP: Nova Cultural, 1996.
- WALRAS, L. **Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura**. São Paulo, Abril Cultural, coleção Os Economistas, 1983.
- STIGLITZ, Joseph E.; WALSH, C. E. **Introdução à Microeconomia**. 3 ed., Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

#### **Bibliografia complementar**

- VASCONCELOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

VARIAN, H. R. Microeconomia: Princípios Básicos. 7<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

PINDYCK, R. S.; RUBINFELD, D. L. Microeconomia. 7<sup>a</sup> ed. São Paulo: Pearson, 2010.

MANKIW, N. G. Princípios de Microeconomia. 5<sup>a</sup> ed. Cengage Learning, 2009.

MINSKY, Hyman. John Maynard Keynes. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

KALECKI, Michal. Teoria da Dinâmica Econômica. Coleção Os Economistas, Editora Nova Cultural, 1985.

#### **BCH074 - PESSOA, COMUNIDADE E FORMAÇÃO HUMANA – 60 H**

##### **Ementa**

Pessoa: história do conceito e definições. Formação da pessoa como ser de relações. Comunidade: história do conceito e definições. Intersubjetividade e formação da comunidade. Possibilidades e limites da relação pessoa-comunidade. Pesquisa e acompanhamento de processos pessoais e comunitários.

##### **Bibliografia básica**

ALES BELLO, A. **Pessoa e comunidade**. Belo Horizonte: Artesâ, 2015.

ARENKT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

MAHFOUD, M. **Formação da pessoa e caminho humano**: Edith Stein e Martin Buber. Memorandum, 8, p. 52-61, 2005.

ROGERS, C. **Tornar-se pessoa**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

STEIN, E. (2005). Contribuciones a la fundamentación filosófica de la psicología y de las ciencias del espíritu. In: STEIN, E. **Obras completas**. v.II: escritos filosóficos. Burgos, Espanha: Monte Carmelo, 2005. p. 207-520.

##### **Bibliografia complementar**

MAHFOUD, M.; MASSIMI, M. **A pessoa como sujeito da experiência**: contribuições da fenomenologia. Memorandum, 14, p. 52-61, 2008.

MAHFOUD, M.; MASSIMI, M. (Orgs.). **Edith Stein e a psicologia**: teoria e pesquisa. Belo Horizonte: Artesâ, 2012.

SAVIAN FILHO, J. (Org.). **Empatia. Edmund Husserl e Edith Stein**: apresentações didáticas. São Paulo: Loyola, 2014.

STEIN, E. (2003). Estructura de la persona humana. In : STEIN, E. **Obras completas**. v.IV: escritos antropológicos y pedagógicos. Vitoria, Espanha: El Carmen, 2003. p. 555-749.

WEIL, S. **O Enraizamento**. Bauru, SP: Edusc, 2001.

ZILLES, U. **Pessoa e dignidade humana**. Curitiba: CRV, 2012.

#### **BCH076 - PSICOLOGIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO – 60 H**

##### **Ementa**

Análise do desenvolvimento humano enquanto processo de interação entre as dimensões biológicas, sociocultural, afetiva e cognitiva e sua relação com o processo de ensino e aprendizagem ao longo do ciclo vital.

##### **Bibliografia básica**

ARAUJO, L. F.; FALCÃO, D.V.S. (Orgs). Psicologia do Envelhecimento. Campinas: Alínea, 2009.

BERGER, K. S. O desenvolvimento da pessoa: do nascimento à terceira idade. Tradução de D. C. Alencar. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

COLL, C.; MARCHESI, A.; PALÁCIOS, J. (Orgs). Desenvolvimento e psicologia da educação: psicologia evolutiva. Porto Alegre: Artmed, 2004. v. 1.

DESSEN, M. A. & COSTA JR, A. L. (Orgs). A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed, 2005.

##### **Bibliografia complementar**

ARIÉS, P. O homem diante da morte. São Paulo: Francisco Alves, 1990.

BRONFENBRENNER, U. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BELSKY, J. Desenvolvimento humano: experienciando o ciclo de vida. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FALCÃO, D.V.S.; DIAS, C.M.S.B. (Orgs) Maturidade e Velhice: Pesquisa e Intervenções Psicológicas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

GRIFFA, M. C., & MORENO, J. E. Chaves para a psicologia do desenvolvimento, infância, adolescência, vida adulta e velhice. São Paulo: Paulinas, 2001.

LORDELO, E. R; CARVALHO, A. M. A.; KOLLER, S. H. (Orgs). Infância brasileira e contextos de desenvolvimento. São Paulo: Casa do Psicólogo/UFBA, 2002.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento Humano. Porto Alegre: Artmed, 2006.

VALSINER, J. Fundamentos da psicologia cultural: mundos da mente, mundos da vida. Porto Alegre: Artmed, 2012.

#### **BCH078 - RELIGIÃO E A RELAÇÃO COM A CONSTRUÇÃO DO SIMBÓLICO – 60H**

##### **Ementa**

Contribuições da psicologia para o estudo da religião. Apreensão da religião como fenômeno humano. Busca de sentido, realização de valores e experiência religiosa. Cultura e religião. Religião e religiões. Relacionamento inter-religioso. Possibilidades e limites da incidência da religião nos processos de subjetivação. Pesquisa e acompanhamento de processos religiosos. Em especial, visa colocar em análise o discurso e as representações que edificam o simbólico brasileiro, de modo a entender a produção da hierarquização social; processos de aculturação, silenciamento e resistência dos povos. Discute os desafios e possibilidades na construção do *ethos* democrático .

#### **Bibliografia básica**

- ALES BELLO, A. Culturas e religiões: uma leitura fenomenológica. Bauru, SP: Edusc, 1998.
- ARCURI, I. G.; ANCONA-LOPEZ, M. (Orgs.). Temas em Psicologia da Religião. São Paulo: Votor, 2007.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues- Ser católico dimensões brasileiras. In: SACHS, Viola... [et al]: Religião e identidade nacional/ tradução dos textos em inglês e francês Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Graal, 1988 p. 27-58.
- DAMATTA, Roberto. A casa & a rua. 5ed.-Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- \_\_\_\_\_. Brasil & EUA; ou, as lições do numero três. In: SACHS, Viola... [et al]: Religião e identidade nacional/ tradução dos textos em inglês e francês Sergio Lamarão. Rio de Janeiro: Graal, 1988 p 12-26.
- GIUSSANI, L. O senso religioso. Brasília: Universa, 2009.

#### **Bibliografia complementar**

- FIGUEIREDO, Anísia de Paulo- A terra, o pão, a justiça social: a importante participação da igreja nas políticas públicas do Brasil/ Anísia de Paulo Figueiredo, organizadora; [autores] Antonio Carlos Fernandes, Wander Jose da Conceição. Belo Horizonte: FUMARC, 2010. 184p
- FRANKL, V. E. Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- HERVIEU-LEGER, D. O peregrino e o convertido: a religião em movimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- HOLANDA, A. Psicologia, religiosidade e fenomenologia. Campinas, SP: Alínea, 2004.
- PAIVA, G (org.). Entre necessidade e desejo: diálogos da psicologia com a religião. São Paulo, SP: Loyola, 2001.
- POEL, F. Dicionário da religiosidade popular: cultura e religião no Brasil. Curitiba: Nova Cultura, 2013. Biblioteca Campus JK RF 248 P744d
- SANCHIS, P. Cultura brasileira e religião: passado e atualidade. Cadernos Ceru (USP), 19, p. 71-92, 2008.
- MANOEL, Ivan Aparecido. Igreja e educação feminina (1859-1919): uma face do conservadorismo/ Ivan A. Manoel.- 2 ed.- Maringá: Eduem, 2008.
- SOUZA, Jesse. A Radiografia do Golpe. Rio de Janeiro. Ed. Leya, 2016
- SCARLATELLI, C (orgs). Religião, Cultura e Educação. RS. Ed. UNISINOS, 2006.

### **BCH084 - TEORIAS DA ARTE, CULTURA E ESTÉTICA – 60 H**

#### **Ementa**

Apresentação dos conteúdos do pensamento estético no âmbito filosófico e da teoria da arte, por meio das ideias de vários pensadores na história da Filosofia. O legado dos antigos, a Renascença, a modernidade e a fragmentação da arte. Arte e representação. Arte e sociedade de consumo. Introdução aos principais problemas da estética. Estudo das ideias estéticas de um ou mais pensadores. A cultura como problema filosófico, análise das relações entre cultura e natureza, entre sujeito e objeto com foco na criação de linguagens e entendimentos das experiências sensíveis e racionais do ser humano.

#### **Bibliografia básica**

- ADORNO, T.W. & HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Tradução de Guido de Almeida. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Teoria estética**. Tradução de Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1999.
- ARISTÓTELES. **A poética**. Tradução de Eudoro de Souza. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000.
- BENJAMIN, W. **A origem do drama barroco alemão**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- HEGEL, G.W.F. **Cursos de estética I**. Tradução de Marco Aurélio Werle. São Paulo: Edusp, 1999.
- KANT, I. **Crítica da faculdade do juízo**. Tradução de Valério Rohden e Antônio Marques. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Observações sobre o Sentimento do Belo e do Sublime**. Tradução de Vinícius de Figueiredo. Campinas: Papirus, 1993.

#### **Bibliografia complementar**

- NIETZSCHE, F. **O Nascimento da tragédia**. Tradução de Jacó Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- PLATÃO. **A república**. Tradução de Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Hípias maior**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1980.
- SCHELLING, F.W.J. **Filosofia da arte**. Tradução de Márcio Suzuki. São Paulo: Edusp, 2001.
- EAGLETON, Terry. **La idea de cultura. Una mirada política sobre los conflictos culturales**. Traducción de Ramón Jose del Castillo. Buenos Aires, Argentina: Barcelona y Editorial Paidós, 2001.

### **BCH085 - TEORIAS DO CONHECIMENTO – 60 H**

#### **Ementa**

Teorias do conhecimento, filosofia da ciência, história da evolução das teorias do conhecimento – racionalismo, inatismo, empirismo, fenomenologia, crítica negativa. Estética, teorias da arte como elementos do conhecimento, cultura, teorias da arte, indústria cultural. Estatuto onto-metafísico e onto-antropológico, ciência moderna, modernidade e modernização. Modelos científicos da produção, da técnica e da tecnologia – método em ciência. Ser, sujeito e objeto – compreensão histórica e suas consequências. A ciência contemporânea e sua crise ontológica.

#### **Bibliografia Básica**

- ARISTÓTELES. **Metafísica**. Livro VII, Trad. Leonel Vallandro. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.
- BORNHEIM, Gerd Alberto. **Dialética: teoria e práxis; ensaio para uma crítica da fundamentação ontológica da dialética**. Porto Alegre: Editora Globo; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

DESCARTES, René. Discurso do método. **Os Pensadores**. 3. ed., Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HEGEL, G. W. F. **Ciencia de la lógica**. 4<sup>a</sup>. Edición castellana. Traducción directa del alemán de Augusta Y Rodolfo Mondolfo. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1976.

HUME, David. **Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral**. Tradução de José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 3. ed. Tradução Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão, Lisboa: Serviço de Educação, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

#### Bibliografia complementar

ADORNO, Theodor W. Dialética negativa. Tradução Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

ELIAS, Norbert. Sobre o tempo. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

HEGEL, G. W. F. Ciencia de la lógica. 4<sup>a</sup>. Edición castellana. Traducción directa del alemán de Augusta Y Rodolfo Mondolfo. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1976.

KONDER, Leandro. A questão da ideologia. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

WOODS, Alan, GRANT, Ted. Razão e revolução. Tradução Fabiano Adalberto de Almeida Leite e Fernando Borges Leal. São Paulo: Editora Lutas de Classe Ltda, 2007.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Clássicos)

### BCH155 - LINGUAGEM: LÓGICA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – 60H

#### Ementa

História e importância da lógica, noções elementares de lógica e sua relação com o raciocínio científico e algumas tecnologias contemporâneas.

#### Bibliografia básica

ARISTOTE. **Organon**. Trad. et notes par J. Tricot. J. Vrin, Paris, 1947.

BLANCHÉ, R. **La logique et son histoire**. D'Aristote a Russell. Paris: A. Collin, 1970.

FREGE, G. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. S. Paulo: Cultrix/Edusp, 1978.

MARITAIN, J. **Lógica Menor**. Rio de Janeiro: Agir, 1966.

QUINE, W.O. **Filosofia da Lógica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

RUSSELL, B. & WHITEHEAD, A. N. **Principia Mathematica**. Cambridge, Un. Press, 1964.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Edusp, 1993.

#### Bibliografia complementar

BLANCHÉ, R. **Introduction à la logique contemporaine**. Paris, A. Collin, 1957.

BOCHENSKI, I.M. **Historia de la logica formal**. Ed. Espanola de M B Lozano. Madrid, Editorial Gredos, 1966.

COPI, Irving M. **Introdução à lógica**. São Paulo: Mestre Jou, 2001.

da COSTA, N. C. A. **Ensaio sobre os Fundamentos da Lógica**. São Paulo: Hucitec, 2008.

FILHO, Edgar de Alencar. **Introdução à lógica**. São Paulo: Nobel, 2000.

HAAK, S. **A Filosofia da Lógica**. Editora Unesp, 1998.

HEGENBERG, L. **Lógica Simbólica**. S. Paulo, Herder/Edusp, 1966.

HILBERT, D & ACKERMANN, W. **Elementos de lógica teórica**. Trad. de V. de Zavala, 2 ed, Madrid, Ed Tecnos, 1968.

KNEALE, W & KNEALE, M. **O Desenvolvimento da Lógica**. Trad. de M S Lourenço. Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1972.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

LEWIS, C I & LANGFORD, C H. **Symbolic logic**. 2 ed, N. York, Dover Publications Inc., 1959.

MIRANDA, A. L. **Da natureza da tecnologia**: uma análise filosófica sobre as dimensões ontológica, epistemológica e axiológica da tecnologia moderna. 2002 pp. 161 (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-Graduação em Tecnologia do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR).

MORAIS, João F. R. de. (Org.) **Filosofia da Ciência e da tecnologia**: Introdução metodológica e crítica. São Paulo: Papirus, 1988.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MORTARI, C. A. **Introdução à Lógica**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

PEIRCE, Charles S. **Ilustrações da Lógica da Ciência**. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.

SALMON, W. C. **Lógica**. 3 edição, traduzido por Álvaro Cabral, Rio de Janeiro: LTC Ed., 1993.

SANT'ANNA, Adonai S. **O que é uma definição**. São Paulo: Manole, 2005.

SOARES, Edvaldo. **Fundamentos da lógica**. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUSA, Aluísio J. M. de et all. **Iniciação à Lógica e à Metodologia da Ciência**. São Paulo: Cultrix, 1976.

SMULLYAN R. M. **Lógica de Primeira Ordem**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

TINOCO, Lúcia (org.). **Argumentação e provas**. Rio de Janeiro: Projeto Fundão, 1998.

### BCH154 - LINGUAGEM, FILOSOFIA E IMAGINAÇÃO – 60H

#### Ementa

Na cultura ocidental há um tratamento ambíguo em relação à imaginação: por um lado, ela é exaltada como uma faculdade especial; por outro, ela é objeto de desconfiança, acusada de seduzir e enganar pelo uso das imagens (cinema, televisão, realidade virtual).

Esta disciplina tem por objetivo estudar epistemologicamente a imaginação e o imaginário, relacionando os dois com as dimensões significativa e plurissemântica da linguagem a fim de responder essas questões: o imaginário é realmente o oposto da realidade?; a imaginação pode ser uma fonte de conhecimento?; a imaginação pode ser considerada uma força ou uma fraqueza para o ser humano?

#### Bibliografia básica

- ARISTÓTELES. Poética Clássica. São Paulo: Cultrix, 1990.
- CASTRO, Maria Gabriela Azevedo e. Imaginação em Paul Ricoeur. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- HENRIQUES, Fernanda. O papel de Kant na intertextualidade de Paul Ricoeur: dois exemplos. Texto publicado nas Atas do Colóquio Internacional em Homenagem a Kant. Universidade de Lisboa/Universidade de Évora, 2006.
- \_\_\_\_\_. “Paul Ricoeur leitor e herdeiro de Kant”. In: Revista Portuguesa de Filosofia, v. 2, n. 62, 2005.
- JAKOBSON, Roman. Linguística e comunicação. Tradução J. Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1992.
- KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. 5ª ed. Tradução: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Mourão. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.
- \_\_\_\_\_. Crítica da Faculdade do Juízo. Trad.: Valério Rohden e Antônio Marques. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- RICOEUR, Paul. A metáfora viva. Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2005.
- \_\_\_\_\_. Do texto à ação. Ensaios de Hermenêutica II. Trad. de Alcino Cartaxo e Maria José Sarabando. Porto: Rés, 1989.
- \_\_\_\_\_. A crítica e a convicção. Lisboa: Edições 70, 2002b.
- \_\_\_\_\_. “O processo metafórico como cognição, imaginação e sentimento”. In: SACKS, Sheldon (Org). Da Metáfora. São Paulo: Editora da PUC-SP & Pontes, 1992, p. 145-160.
- \_\_\_\_\_. The function of fiction in shaping reality. In: Man and World, v. 12, n. 2, 1979, p. 123-141.
- \_\_\_\_\_. La métaphore et le problème central de l'herméneutique. In: Revue de Métaphysique et de Morale, tome 70, 1972, p. 93-112.

#### Bibliografia complementar

- ACKERMAN, Felicia. “Imaginary Gardens and Real Toads: On the Ethics of Basing Fiction on”. Actual People. Midwest Studies in Philosophy, 1991, 16:142-51.
- ANDERSON, James; DEAN, Jeffrey. “Moderate Autonomism”. British Journal of Aesthetics 38:150-66, 1998.
- ANDERSON, John. “Art and Morality”. Australasian Journal of Philosophy 19:253-66, 1941. BARRETT, Cyril. “The Morality of Artistic Production”. Journal of Aesthetics and Art Criticism 41:137-44, 1981.
- BEARDSLEY, Monroe. Aesthetics. New York: Harcourt, Brace & World, 1958.
- BEARDMORE, R. W. Art and Morality. London: Macmillan, 1971.
- \_\_\_\_\_. “The Censorship of Works of Art”. In: Philosophy and Fiction, ed. Peter Lamarque, pp.93-107, Aberdeen: Aberdeen University Press, 1983.
- BELL-VILLADA, Gene. Art for Art's Sake: How Politics and Markets Helped Shape the Ideology and Culture of Aestheticism, 1790-1990. Lincoln: University of Nebraska Press, 1996.
- BONTEKOE, Ron; CROOKS, Jamie. “The Interrelation ship of Moral and Aesthetic Excellence”. British Journal of Aesthetics 32:209-20, 1992.
- BOOTH, Wayne. The Company We Keep: An Ethics of Fiction. Berkeley: University of California Press, 1988.
- \_\_\_\_\_. “Critical review of Martha Nussbaum's Love's Knowledge”. Philosophy and Literature 15:302-10, 1991.
- \_\_\_\_\_. “On Relocating Ethical Criticism”. In: Explanation and Value in the Arts, ed. Salim Kemal and Ivan Gaskell, pp.71-93. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- \_\_\_\_\_. “Why Banning Ethical Criticism Is a Serious Mistake”. Philosophy and Literature 22:366-93, 1998.
- BROHM, Jean-Marie; UHL, Magali. “Arts, language et herménèutique esthétique”. Entretien avec P. Ricoeur. In: <http://www.philagora.net/philo-fac/ricoeur.php> Acessado em 20.09.2013.
- KEARNEY, Richard. The Wake of Imagination – Toward a Postmodern Culture. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988.
- \_\_\_\_\_. Poetics of Imagining – Modern to Post-modern. Nova York: Fordham University Press, 1998.
- MAKKREEL, Rudolf. Imagination and Interpretation in Kant: The Hermeneutic Import of the Critique of Judgment. Chicago: Chicago University Press, 1990
- PIERRON, Jean-Philippe. Les puissances de l'imagination: essai sur la fonction éthique de l'imagination. Éditeur: CERF, 2012.
- SÁNCHEZ, Martínez. Invención y realidad. La noción de mimesis como imitación creadora en Paul Ricoeur. In: Dianoia, n. 57, 2006, p. 131-166.
- SARAIVA, Maria Manuela. A imaginação segundo Husserl. Tradução do francês por Isabel Támen e António Pedro Mesquita. Paris: Calouste Gulbenkian, 1994.
- TAYLOR, George H. Ricoeur's Philosophy of Imagination. In: Journal of French Philosophy, v. 16, 2006, p. 93.

#### BCH153 - INTRODUÇÃO À HERMENÊUTICA – 60H

##### Ementa

Apresentar e discutir as obras dos principais autores da tradição em estudos sobre a hermenêutica: Wilhelm Dilthey, Friedrich D. E. Schleiermacher, Hans-Georg Gadamer, Edmund Husserl, Martin Heidegger e Paul Ricoeur. Os tópicos abordados são: hermenêutica e conhecimento; hermenêutica e fenomenologia; hermenêutica e subjetividade; hermenêutica e crítica; hermenêutica e sabedoria prática; hermenêutica e ideologia.

#### Bibliografia básica

- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982.
- DILTHEY, Wilhelm. **DILTHEY, Wilhelm. A Construção do Mundo Histórico nas Ciências Humanas**. SP: Unesp, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Essência da Filosofia**. Portugal, Presença, 1984.

- \_\_\_\_\_. **Filosofia e Educação**. SP: Edusp, 2010.
- \_\_\_\_\_. **História da Filosofia**. Livraria Exposição do Livro, 1950.
- \_\_\_\_\_. **Ideias Sobre uma Psicologia Descritiva e Analítica**. Viaverita, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Introdução às Ciências Humanas**. SP: Forense, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Leibniz e sua Época**. Armênio Amado, 1947.
- \_\_\_\_\_. **Poética**. Editorial Losada, 1945.
- \_\_\_\_\_. **Psicologia da Compreensão**. Portugal: Edições 70, 2012.
- \_\_\_\_\_. **Sistema da Ética**. SP: Ícone, 1994.
- GADAMER, H-G. **Hermenêutica em retrospectiva** – A virada hermeneutica. Vol II. 2<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Hermenêutica em retrospectiva** – Heidegger em retrospectiva. 2<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Hermenêutica em retrospectiva** – Hermenêutica e a filosofia prática. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Verdade e método**. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Verdade e método II**. Petrópolis: Vozes, 2002.

#### Bibliografia complementar

- GUMBRECHT, H. U. "O campo não-hermeneutico ou a materialidade da comunicação". In. **Corpo e forma**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- HABERMAS, Jürgen. Consciência Moral e Agir Comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1989.
- HAMLIN, Cynthia Lins. **A hermenêutica romântica de Wilhelm Dilthey**. Recife: UFPE, 1999.
- HEIDEGGER, Martin. **A Origem da Obra de Arte**. Lisboa: Edições 70, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Interpretações Fenomenológicas Sobre Aristóteles**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.
- \_\_\_\_\_. **Ontologia**: Hermenêutica da Faticidade. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.
- \_\_\_\_\_. **Ser e tempo**. Editora Vozes, 2005.
- HEKMAN, Susan. "A Hermeneutica de Gadamer e a Metodologia das Ciências Sociais". In. **Hermenêutica e Sociologia do Conhecimento**. Lisboa: Edições 70, 1986.
- HOBSBAWM, Eric. e Ranger, Terence. (org.s). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HUSSERL, Edmund. **A Filosofia como Ciência de Rigor**. Coimbra: Atlântida, 1965.
- HUSSERL, Edmund. **Meditações Cartesianas**. Porto: Rés, s/d.
- HUSSERL, Edmund. **A Idéia da Fenomenologia**. Lisboa: Edições 70, 1986.
- HUSSERL, Edmund. **Conferências de Paris**. Lisboa: Edições 70, 1992.
- HUSSERL, Edmund. **Investigações Lógicas**: 6<sup>a</sup>. Investigações. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- HUSSERL, Edmund. **A Crise da Humanidade Européia e a Filosofia**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.
- PAISANA, João. **Fenomenologia e hermenêutica** – As relações entre as filosofias de Husserl e Heidegger. Lisboa: Editora Presença, 1992.
- REIS, José Carlos. **Historia & Teoria**. Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RICOEUR, Paul. **Escritos e conferências 2** – Hermenêutica. Trad. Lúcia Pereira de Souza. São Paulo: Loyola, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Hermenêutica e ideologias**. Trad. Hilton Japiassu. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Ideologia e utopia**. Trad. Teresa Louro Perez. Lisboa: Edições 70, 1991.
- \_\_\_\_\_. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Le conflit des interprétations** – essais d'herméneutique. Paris: Éditions du Seuil, 1969.
- \_\_\_\_\_. **Lecture 2** - La contrée des philosophes. Paris: Seuil, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Teoria da interpretação**: o discurso e o excesso de significação. Trad. Arthur Morão. Lisboa: Edições 70, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Tempo e narrativa I, II e III**. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas: Papirus, 1994.
- \_\_\_\_\_. "Auto-compréhension et histoire". In: MARTINEZ, Tomás Calvo, CRESPO, Remédios Ávila. (eds.). **Paul Ricoeur: los caminos de la interpretación**. Atas Del Symposium Internacional sobre el pensamiento Filosófico de Paul Ricoeur. Barcelona: Anthropos, 1991.
- SCHLEIERMACHER, Friedrich D. E.. **Hermenêutica e crítica**. Trad. Aloísio Ruedell. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.
- VATTIMO, Gianni. **O fim da modernidade**. Niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**. Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Ed. USP, 2001.

#### BCH151 - FILOSOFIA DA LINGUAGEM – 60H

##### Ementa

Esta disciplina estuda em profundidade a questão mais geral em Filosofia da Linguagem: como exatamente a linguagem se relaciona com a realidade? Para tanto, são estudadas as obras do principais autores desta área.

#### Bibliografia básica

- ALSTON, P. W.; CABRAL, Álvaro. **Filosofia da linguagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BAKHTIN, M. M.. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem . 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1995. 196 p. (Linguagem e cultura).
- BASTOS, Cleveron Leite; CANDIOTTO, Kleber B. B. **Filosofia da linguagem**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 9. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2007.

#### Bibliografia complementar

- AUSTIN, John. *How to Do Things with Words*, Cambridge, MA: Harvard University Press, 1962.
- FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. 2. ed. ampl. e rev. São Paulo: Edusp, 2009.
- MARTINICH, A. P.. *The Philosophy of Language* 4th edition, Oxford University Press, 2001.
- MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. São Paulo, SP: Cortez, 2004. 3 v.
- PLATÃO. *Crátilo*. Lisboa, PO: Instituto Piaget, 2001. 127 p. (Pensamento e filosofia).
- RICŒUR, Paul. “Le concept de responsabilité: essai d’analyse sémantique.” In: **Esprit**: Les équivoques de la responsabilité; Novembre 1994, p. 28-48.
- \_\_\_\_\_. *Du texte à l'action* – essais d'herméneutique II. Paris: Éditions du Seuil, 1986.
- \_\_\_\_\_. *O discurso da ação*. Trad. Arthur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Teoria da interpretação*. Discurso e o excesso de significação. Lisboa: Edições 70, 2000.
- SEARLE, John. “Filosofia da Linguagem: uma entrevista com John Searle”. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem** - ReVEL. Vol. 5, n. 8, março de 2007.
- SEARLE, John. *Expression and Meaning*. Cambridge University Press, 1979.
- SEARLE, John. *Speech Acts*. Cambridge University Press, 1969.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. São Paulo, SP: Nova Cultural, 1996.

### BCH156 - LÓGICA – 60H

#### Ementa

História e importância da lógica, noções elementares, exame de silogismos, tabelas de verdade e sua relação com o raciocínio científico e com a análise de argumentos. Apresentar aos discentes do Bacharelado em Ciências Humanas, a disciplina de Lógica como o ramo da Filosofia que se ocupa das regras do bom pensar, do pensar correto, isto é, como um instrumento do pensar. Visando, assim, estimular o desenvolvimento do raciocínio, o aprendizado da avaliação de argumentos e da capacidade de aferição entre o pensamento e a realidade. Pois, ainda que o estudo da Lógica não seja um fim em si, ela constitui uma ferramenta (um *órganon*, como denominou Aristóteles) que oferece um meio de garantir que nosso pensamento proceda corretamente, faça um uso correto da linguagem, a fim de chegarmos a conhecimentos mais consistentes.

#### Bibliografia básica

- ARISTOTE. *Organon*. Trad. et notes par J. Tricot. J. Vrin, Paris, 1947.
- BLANCHÉ, R. *La logique et son histoire*. D'Aristote a Russell. Paris: A. Collin, 1970.
- FREGE, G. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. S. Paulo: Cultrix/Edusp, 1978.
- MARITAIN, J. *Lógica Menor*. Rio de Janeiro: Agir, 1966.
- QUINE, W.O. *Filosofia da Lógica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- RUSSELL, B. & WHITEHEAD, A. N. *Principia Mathematica*. Cambridge, Un. Press, 1964.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 1993.

#### Bibliografia complementar

- BLANCHÉ, R. *Introduction à la logique contemporaine*. Paris, A. Collin, 1957.
- BOCHENSKI, I.M. *Historia de la logica formal*. Ed. Espanola de M B Lozano. Madrid, Editorial Gredos, 1966.
- COPI, Irving M. *Introdução à lógica*. São Paulo: Mestre Jou, 2001.
- da COSTA, N. C. A. *Ensaio sobre os Fundamentos da Lógica*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- FILHO, Edgar de Alencar. *Introdução à lógica*. São Paulo: Nobel, 2000.
- HAAK, S. *A Filosofia da Lógica*. Editora Unesp, 1998.
- HEGENBERG, L. *Lógica Simbólica*. S. Paulo, Herder/Edusp, 1966.
- HILBERT, D & ACKERMANN, W. *Elementos de lógica teórica*. Trad. de V. de Zavala, 2 ed, Madrid, Ed Tecnos, 1968.
- KNEALE, W & KNEALE, M. *O Desenvolvimento da Lógica*. Trad. de M S Lourenço. Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1972.
- LEWIS, C I & LANGFORD, C H. *Symbolic logic*. 2 ed, N. York, Dover Publications Inc., 1959.
- MORTARI, C. A. *Introdução à Lógica*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- PEIRCE, Charles S. *Ilustrações da Lógica da Ciência*. São Paulo: Ideias e Letras, 2008.
- SALMON, W. C. *Lógica*. 3 edição, traduzido por Álvaro Cabral, Rio de Janeiro: LTC Ed., 1993.
- SANT'ANNA, Adonai S. *O que é uma definição*. São Paulo: Manole, 2005.
- SOARES, Edvaldo. *Fundamentos da lógica*. São Paulo: Atlas, 2003.
- SOUSA, Aluísio J. M. de et all. *Iniciação à Lógica e à Metodologia da Ciência*. São Paulo: Cultrix, 1976.
- SMULLYAN R. M. *Lógica de Primeira Ordem*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- TINOCO, Lúcia (org.). *Argumentação e provas*. Rio de Janeiro: Projeto Fundão, 1998.

### BCH152 - INDICADORES, ÍNDICES E TAXAS – 60 H

#### Ementa

O que são índices, indicadores e taxas. Características dos índices, indicadores e taxas. Principais indicadores e índices econômicos e sociais. A aplicação dos indicadores, índices e taxas nas pesquisas sociais. Acesso, manuseio e análise de dados. As dimensões e metodologias de avaliação qualitativas e quantitativas. Conceituação, metodologia para construção e uso de indicadores e índices sociais. Indicadores de alcance e efetividade. Construção de instrumentos para avaliação e monitoramento de programas e projetos sociais.

#### Bibliografia Básica

- FEIJÓ, C. et al. Para entender a conjuntura econômica. Barueri, Manole, 2008, p. 1- 60 GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI,

P. M. IDH – Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. Revista Brasileira. Est. Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005.

JANNUZZI, Paulo M. Indicadores Sociais: conceitos básicos para uso na avaliação e formulação de políticas. Campinas: Alínea 2001, p.11-63.

\_\_\_\_\_, CAVATI SOBRINHO, H. Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 15, n. 1, p. 75-90, 2005.

SANTAGADA, S. Indicadores sociais: uma primeira abordagem histórica. Pensamento Plural, Pelotas [01]: 113-142, julho/dezembro, 2007.

CEPAL, GTZ BONNEFOY, J. ARMIJO, M. Indicadores de Desempeño en el sector público. CEPAL, ILPES e GTZ. Chile, 2005.

CECON/IE/UNICAMP. Séries e Indicadores econômicos no Brasil. Uma avaliação crítica. Campinas: CECON/IE/UNICAMP, 1994. (mimeo).

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2006. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

IPEA. Boletim de Políticas Sociais. Brasília, 2006

BRASIL, SEDU/PR. Indicadores de gestão urbana. Vol 1. Brasília, SEDU/PR, 2002.

#### **Bibliografia Complementar**

DEDDECA, Cláudio. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: Oliveira,

C. A. B. et al. Economia & Trabalho: textos básicos. Campinas. Ed. Inst. Economia/UNICAMP, 1998.

HAKKERT, Ralph. Fontes de dados demográficos. Belo Horizonte, ABEP, 1996. Disponível em: <[www.abep.org.br](http://www.abep.org.br)>. Acesso em: 22 jun. 2009.

PRATES, Jane Cruz e LEWGOY, Alzira. Os processo de monitoramento e avaliação e a construção de indicadores. In MENDES J., PRATES J. e AGUINSKY B.. O SUAS: entre a fundamentação e o desafio da implantação. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2009.

VALARELLI, Leandro Lamas. Gestão de Projetos e a Construção e o Uso de Indicadores. Rio de Janeiro, julho de 2005. Disponível em: <<http://www.coegemas.org.br/docs/Apostilaindicadoresgeralver7.pdf>>. Acesso em janeiro de 2013.

IPEA. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília, 2005. Disponível em: <[www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)>. Acesso em: 22 jun. 2009.

JANNUZZI, P. M.; GRACIOSO, L. A produção e a disseminação da informação estatística pelas agências estaduais no Brasil. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 16, n. 3, p. 92-103, 2002.

JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público. Brasília 56 (2): 137-160, abr/jun 2005.

MENDONÇA, L. E.; SOUTO DE OLIVEIRA, J. Pobreza e desigualdade: repensando pressupostos. Observatório da Cidadania. Rio de Janeiro, n. 5, 2001.

NAHAS, M. I. P. et al. Metodologia de construção do Índice de Qualidade urbana dos municípios brasileiros. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, setembro de 2006. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_420.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_420.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2009.

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano. Lisboa, 2007. Disponível em: <[www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)>. Acesso em: 22 jun. 2009.

RATTNER, H. Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento. 2007. Disponível em: <[www.abdl.org.br/rattner](http://www.abdl.org.br/rattner)>. Acesso em: 22 jun. 2009.

ROCHA, S. Pobreza: do que se trata afinal. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 43-76.

SCANDAR, W. J.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, P. L. N. Sistemas de indicadores ou indicadores sintéticos: do que precisam os gestores de programas sociais? Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 17, n. 4, p. 1.191-1201, 2008.

TORRES, H. G. Demografia urbana e políticas sociais. Rev. Bras. Est. Pop. São Paulo, v. 23, n. 1, p. 27-42, jan./jun. 2006.

CARDOSO, Regina L. S. Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público. São Paulo: CEPAM, 1999.

CARLEY, Michael. Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

A seguir incluem-se as ementas das Disciplinas do currículo BCH\_2019 que serão consideradas como créditos do Eixo Temático do currículo BPP\_2025 para fins de transição dos alunos do BCH para o BPP, conforme especificado anteriormente nessa seção.

#### **BCH207 - TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS – EDUCAÇÃO – 60 H Teóricas e 30 H Práticas**

##### **Ementa**

Apresentação temática com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens na construção de práticas que culminem em construção de seminários estruturados a partir da discussão teórica, da observação e da prática de campo pertinente às Políticas Públicas em Educação. A bibliografia será composta de acordo com oferta docentes a cada semestre.

##### **Bibliografia básica**

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. LEI N° 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acessado em: 22/04/2018.

BRASIL: **LEI N° 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm). Acessado em: 22/04/2018.

##### **Bibliografia complementar**

AZANHA, José Mário P. et. al. **Educação Básica: políticas, legislação e gestão: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomsom

Learning, 2004.

BRASIL. [DECRETO Nº 6.094, DE 24 DE ABRIL DE 2007.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm) Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm). Acessado em: 22/04/2018.

CASTRO, Marcelo L. O. **A educação na constituição de 1988 e a LDB.** Brasília, 1998.

LIBANEO, José Carlos (et al). **Educação Escolar. Política, estrutura e organização.** São Paulo, Cortez, 2012

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao FUNDEB:** por uma outra política educacional. Campinas. S.P: Autores associados, 2008.

### **BCH203 - TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS - CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 60 H Teóricas e 30 H Práticas**

#### **Ementa**

Apresentação temática com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens na construção de práticas que culminem em construção de seminários estruturados a partir da discussão teórica, da observação e da prática de campo pertinente às Políticas Públicas voltadas à Ciência e Tecnologia, bem como sua abrangência nas relações sociais de produção, desenvolvimento e sociabilidade. A bibliografia será composta de acordo com oferta docentes a cada semestre.

#### **Bibliografia básica**

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. [LEI Nº 13.243, DE 11 DE JANEIRO DE 2016.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm) Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm). Acessado em: 22/04/2018.

BRASIL. [LEI Nº 10.973, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/Lei/L10.973.htm) Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/Lei/L10.973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/Lei/L10.973.htm). Acessado em: 22/04/2018.

#### **Bibliografia complementar**

BRASIL. [DECRETO Nº 9.283, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2018.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm) Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º, caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9283.htm). Acessado em: 22/04/2018.

DE NEGRI, João Alberto.; KUBOTA, Luis Claudio; SILVA, Alexandre Messa. **Políticas de Incentivo à Inovação Tecnológica.** Brasília: IPEA, 2008.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo. **Políticas de ciência, tecnologia e inovação no brasil: uma análise com base nos indicadores agregados.** texto para discussão no 1458. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1458.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1458.pdf). Acessado em: 22/04/2018.

GIESTEIRA, Luís Felipe. **Elementos teóricos e conceituais para a fundamentação de políticas de inovação tecnológica em economias atrasadas.** texto para discussão no 1490. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1490.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1490.pdf). Acessado em: 22/04/2018.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo. **Desigualdades regionais em ciência, tecnologia e inovação (ct&i) no brasil: uma análise de sua evolução recente.** texto para discussão no 1574. Rio de Janeiro: IPEA 2011. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1574.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1574.pdf). Acessado em: 22/04/2018.

### **BCH208 - TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS - FINANCIAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS - 60 H Teóricas e 30 H Práticas**

#### **Ementa**

Apresentação temática com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens na construção de práticas que culminem em construção de seminários estruturados a partir da discussão teórica, da observação e da prática de campo pertinente às Políticas Públicas no campo do Financiamento nas instâncias estatais e privadas. A bibliografia será composta de acordo com oferta docentes a cada semestre.

#### **Bibliografia básica**

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. [LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm) Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acessado em: 22/04/2018.

BRASIL. Lei n. 11.107, de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11107.htm). Acesso em: 22/04/2018.

#### **Bibliografia Complementar**

BRASIL . Decreto-lei n. 2.416, de 17 de julho de 1940. Aprova a codificação das normas financeiras para os Estados e Municípios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/1937-1946/Decreto-Lei-2416.htm>. Acesso em: 22/04/2018.

BRASIL. Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4320.htm). Acesso em: 22/04/2018.

CORE, Fabiano. **Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos**

públicos. In: Anais do IX Congresso Internacional do CLAD sobre a Reforma do Estado y da Administração Pública. Madrid, 2-5 de novembro de 2004.

<http://www.politicaparapoliticos.com.br/interna.php?t=762224> PAULO, LFA. O PPA como instrumento de planejamento e gestão estratégica. Revista do Serviço Público. Brasília, 61 (2) 171 – 187. Abril-Junho 2010.

SANTOS, RC. Plano plurianual e orçamento público. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.

## BCH206 - TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS – DIVERSIDADE – 60 H Teóricas e 30 H Práticas

### Ementa

Apresentação temática com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens na construção de práticas que culminem em construção de seminários estruturados a partir da discussão teórica, da observação e da prática de campo pertinente às Políticas Públicas no campo da Diversidade. A bibliografia será composta de acordo com oferta docentes a cada semestre.

### Bibliografia básica

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. [LEI N° 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/lei/l11340.htm). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/lei/l11340.htm). Acessado em: 22/04/2018.

BRASIL. [LEI N° 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm#art60). Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm#art60](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm#art60). Acessado em: 22/04/2018.

### Bibliografia complementar

BRASIL. [LEI N° 7.716, DE 5 DE JANEIRO DE 1989](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7716.htm). Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7716.htm). Acessado em: 22/04/2018.

BRASIL. [LEI N° 9.459, DE 13 DE MAIO DE 1997](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9459.htm#art1). Altera os arts. 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, e acrescenta parágrafo ao art. 140 do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9459.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9459.htm#art1). Acessado em: 22/04/2018.

BRASIL. [LEI N° 6.001, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1973](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm). Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm). Acessado em: 22/04/2018.

BRASIL. [LEI N° 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acessado em: 22/04/2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução N° 175 de 14/05/2013. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=1754>. Acessado em: 22/04/2018.

## BCH210 - TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS – POLÍTICA URBANA – 60 H Teóricas e 30 H Práticas

### Ementa

Apresentação temática com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens na construção de práticas que culminem em construção de seminários estruturados a partir da discussão teórica, da observação e da discussão teórica, da observação e da prática de campo pertinente à Política Urbana. A bibliografia será composta de acordo com oferta docentes a cada semestre.

### Bibliografia básica

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto das Cidades). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm)>.

CARDOSO JR. J. C.; CUNHA, A. S (Org.). **Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas**. Brasília: Ipea. 2015.

### Bibliografia complementar

BRASIL. Lei 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm)>.

BRASIL. Lei 9.938, 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)>.

BRASIL. Lei 11.124, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm)>.

BRASIL. Lei 10.188, de 12 de fevereiro de 2001. Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10188.htm)>.

BRASIL. Decreto 5.796, de 06 de junho de 2006. Regulamenta a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que dispõe sobre o

## **BCH201 - TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS - AMÉRICA LATINA - 60 H Teóricas e 30 H Práticas**

### **Ementa**

Apresentação temática com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens na construção de práticas que culminem em construção de seminários estruturados a partir da discussão teórica, da observação e da discussão teórica, da observação e da prática de campo pertinente às Políticas Públicas no âmbito das relações de intercâmbio entre os países da América Latina, desenvolvimento, políticas públicas. A bibliografia será composta de acordo com oferta docentes a cada semestre.

### **Bibliografia básica**

BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CEPAL. **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe**. Series. Vários anos.

América Latina y el Caribe a inicios del siglo XXI. Santiago de Chile: CEPAL, 2015.

CEPAL. **Panorama Social de América Latina**. Informes anuais. Vários anos.

### **Bibliografia complementar**

AMARANTE, V.; ARIM, R. (Ed.). **Desigualdad e informalidade**: Un análisis de cinco experiencias latino-americanas. Santiago de Chile: CEPAL, 2015.

BÁRCENA, A.; PRADO, A. (Ed.). Neoestructuralismo y corrientes heterodoxas en

CARVALHO, D. B. B. *et. al.* Política social, justiça e direitos de cidadania na América Latina. Brasília: UNB, Programa de Pós-graduação em Política Social. 2007.

DAGNINO, E.; OLIVEIRA, A. J.; PANFICHI, A. A disputa pela construção democrática na América Latina. São Paulo: Paz e Terra. 2006.

FURTADO, Celso. **Formação econômica da América Latina**, 2. ed., Rio de Janeiro: Lia Editor S.A, 1970.

## **BCH214 - TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS - VALE DO JEQUITINHONHA - 60 H Teóricas e 30 H Práticas**

### **Ementa**

Apresentação temática com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens na construção de práticas que culminem em construção de seminários estruturados a partir da discussão teórica, da observação e da discussão e da prática de campo pertinente às Políticas Públicas no âmbito do desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha, na sua abrangência social, econômica, política e institucional. A bibliografia será composta de acordo com oferta docentes a cada semestre.

### **Bibliografia básica**

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

CARDOSO JR. J. C.; CUNHA, A. S (Org.). **Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas**. Brasília: Ipea, 2015.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. PLANOMESO - Plano de Desenvolvimento

Integrado e Sustentável do Jequitinhonha e Mucuri. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.cecs.unimontes.br/index.php/pt/component/k2/planomeso-plano-de-desenvolvimento-integrado-e-sustentavel-do-jequitinhonha-e-mucuri.html>>. Acesso em: 29 ago.2016

### **Bibliografia complementar**

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. A produção do Vale do Jequitinhonha mineiro como uma “região” brasileira e o planejamento regional como instrumento de sua modernização

retardatária.

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/04.pdf>, acesso em 15/10/2016

MARTINS, Marcos Lobato. Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes nas Minas Gerais (século XIX). Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Cultura. Vale: Vozes e visões – a arte universal do Jequitinhonha s.d. Disponível em:<https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/saberesplurais/objetivos/consulta>.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Estradas da Vida: terra e trabalho nas fronteiras agrícolas do Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG, 2013. Coleção Humanitas.

SERVILHA, Mateus de Moraes. O vale do Jequitinhonha entre a “di-visão” pela pobreza e sua ressignificação pela identificação regional. Tese de Doutorado em Geografia, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2012.

## **BCH211 - TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS - PREVIDÊNCIA SOCIAL - 60 H Teóricas e 30 H Práticas**

### **Ementa**

Apresentação temática com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens na construção de práticas que culminem em construção de seminários estruturados a partir da discussão teórica, da observação e da discussão teórica, da observação e da prática de campo da Previdência Social, histórico e desenvolvimento das políticas governamentais neste campo específico e suas consequências sociais. A bibliografia será composta de acordo com oferta docentes a cada semestre.

### **Bibliografia básica**

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

#### **Bibliografia complementar**

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. **Anuário Estatístico da Previdência Social** – Aeps. Brasília: MTPS; INSS; Dataprev, Vários anos. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/infologo/>.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência Social. Evolução recente da proteção previdenciária e seus Impactos sobre o nível de pobreza. Informe de Previdência Social, Brasília, v. 27, n. 11, nov. 2015. (Nota Técnica resultado do RGPS de outubro/2015).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Boletim BPC 2015. Brasília: MDS, 2016.

BRASIL. Lei complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 2001.

GIAMBIAGI, F.; TAFNER, P. (Org.). **Previdência no Brasil: Previdência no Brasil: debates, dilemas e escolhas**. Brasília: Ipea. 2007.

#### **BCH209 - TÓPICOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS - INCLUSÃO SOCIAL - 60 H Teóricas e 30 H Práticas**

##### **Ementa**

Apresentação temática com vistas ao desenvolvimento de aprendizagens na construção de práticas que culminem em construção de seminários estruturados a partir da discussão teórica, da observação e da prática de campo pertinentes às Políticas Públicas no campo da Inclusão Social, com vistas à apreensão do desenvolvimento histórico e concepções no âmbito da Inclusão Social, das políticas governamentais neste campo específico e suas consequências sociais. A bibliografia será composta de acordo com oferta docentes a cada semestre

#### **Bibliografia básica**

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

CARDOSO JR. J. C.; CUNHA, A. S (Org.). **Planejamento e Avaliação de Políticas Públicas**. Brasília: Ipea. 2015.

DESENVOLVIMENTO Humano para Além das Médias. Brasília: PNUD; IPEA; FJP, 2017. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170510\\_desenvolvimento\\_humano\\_para\\_alem\\_das\\_medias.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170510_desenvolvimento_humano_para_alem_das_medias.pdf)>. Acesso em: 21 abr 2018.

#### **Bibliografia complementar**

BRASIL. Lei 13.146, 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência).

BRASIL. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Brasília: SEDH/PR, 2010.

BRASIL. Lei Nº 10.098, 19 de Dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e da outras providências.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF: MDS, SNAS, 2005.

BRASIL. Decreto 6.135, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm)

#### **Acrescenta-se:**

PPC\_BPP\_2025, item

Sumário, p. 3

11.6 Atividades de extensão

**Acrescenta-se:**

BRASIL. Lei Nº 10.072, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União.** Poder legislativo. Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em: 17 ago. 2017.

**FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS.** Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus, 2012.

**FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS.** Recomendações do FORPROEX sobre a inserção curricular da Extensão – 48º Encontro Nacional do Forproex – UERJ/dez/2021. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://www.ufopa.edu.br/media/file/site/procce/documentos/2022/8b153da462fa341b8cd1aa6da40be17d.pdf>>

PPC\_BPP\_2025, item 2  
- Base Legal de Referência

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE nº 01, de 21 de setembro de 2007. Aprova o Regulamento das Ações de Extensão Universitária da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Diamantina, 17 de outubro de 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE nº 06, de 17 de abril de 2009. Aprova a Política de Extensão da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM. Diamantina, 17 de abril de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE nº 06, de 20 de maio de 2024. Regulamenta o Estágio Obrigatório e não obrigatório dos estudantes dos cursos de graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Diamantina, 20 de maio de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução CONSEPE nº 12, de 29 de abril de 2024. Estabelece procedimento para aproveitamento e equivalência de componentes curriculares que contenham carga horária de extensão. Diamantina, 29 de abril de 2024.

**Onde se lê:**

O ET será composto por seis UCs de Opção Limitada (OT)

PPC\_BPP\_2025, item  
11.1 - Matriz curricular, p. 47

**Leia-se:**

O ET será composto por cinco UCs de Opção Limitada (OT)

**Onde se lê:**

A carga horária de Creditação de Extensão será de 240h divididas em 4 UCs de 60h a serem cumpridas a partir do terceiro período. Importante destacar que essas Unidades Curriculares (UCs) são de natureza obrigatória, ou seja, se o aluno não cursar as referidas UCs, não alcançará o mínimo de 10% do total da carga horária do curso em atividades de extensão (conforme Art. 4º da Resolução Conseepe no 2, de 18/01/2021).

**Leia-se:**

PPC\_BPP\_2025, item  
11.6 - Atividades de extensão, p. 65

Levando em consideração a Resolução CNE nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e a Resolução Conseepe nº 2, de 18 de janeiro de 2021, a carga horária de Creditação de Extensão do BPP será de 240h divididas em 4 UCs de 60h a serem cumpridas a partir do terceiro período. Importante destacar que essas Unidades Curriculares (UCs) são de natureza obrigatória, ou seja, se o aluno não cursar as referidas UCs, não alcançará o mínimo de 10% do total da carga horária do curso em atividades de extensão (conforme Art. 4º da Resolução Conseepe no 2, de 18/01/2021).

A proposta geral desta organização é facilitar com que o aluno cumpra as atividades extensionistas previstas no curso. Nesse sentido, ele poderá participar das atividades extensionistas do projeto cadastrado no âmbito da disciplina em que está matriculado. Além disso, ele poderá aproveitar as horas de outras atividades extensionistas por ele realizadas com temáticas relacionadas ao curso de Políticas Públicas e Gestão Social no cômputo da carga horária da disciplina em que está matriculado. Nesse caso, é preciso comprovar que tais atividades tenham sido realizadas em projetos de extensão devidamente registrados e certificados na Proex, em conformidade com o Regulamento das Ações de Extensão Universitária da UFVJM. Por fim, não pode haver duplicidade no aproveitamento das horas de extensão entre Atividades Complementares e Atividades de Extensão.

**Onde se lê:**

**EIXO TEMÁTICO**

PPC\_BPP\_2025, item  
11.7 - Ementário e bibliografia, final  
da p. 103

**Leia-se:**

**DISCIPLINAS DO EIXO TEMÁTICO**

**Onde se lê:**

**COMPONENTE CURRICULAR: SEMANA DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Ementa:** Organização de um seminário semestral onde serão tratados temas relacionados às políticas públicas em conjunto com o poder público e a sociedade civil organizada.

**Leia-se:**

PPC\_BPP\_2025, item  
11.7 - Ementário e bibliografia, p.  
111

**COMPONENTE CURRICULAR: ATIVIDADE DE EXTENSÃO I: SEMANA DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

**Ementa:** Organização de um seminário onde serão tratados temas relacionados às políticas públicas em conjunto com o poder público e a sociedade civil organizada.

Atividades extensionistas com temáticas relacionadas ao curso de Políticas Públicas e Gestão Social realizadas em projetos de extensão devidamente registrados na Proexc, desde que comprovadas, poderão ser aproveitadas no cômputo da carga horária da disciplina, em conformidade com o Regulamento das Ações de Extensão Universitária da UFVJM.

**Onde se lê:**

**COMPONENTE CURRICULAR: COMISSÃO PERMANENTE DE COMUNICAÇÃO E CULTURA**

**Ementa:** Ciclo de debates com a população local sobre o papel da Universidade em geral, a ser realizado em espaços e mídias virtuais ou, presencialmente, na Universidade. Paralelamente, será um espaço de exposição de projetos, serviços, manifestações culturais, atividades científicas entre outras.

PPC\_BPP\_2025, item  
11.7 - Ementário e bibliografia, p.  
111

**Leia-se:**

**COMPONENTE CURRICULAR: ATIVIDADE DE EXTENSÃO II: COMISSÃO PERMANENTE DE COMUNICAÇÃO E CULTURA**

**Ementa:** Ciclo de debates com a comunidade sobre o papel da Universidade em geral, a ser realizado em espaços e mídias virtuais ou, presencialmente, na Universidade. Espaço de exposição de projetos, serviços, manifestações culturais, atividades científicas, entre outras.

Atividades extensionistas com temáticas relacionadas ao curso de Políticas Públicas e Gestão Social realizadas em projetos de extensão devidamente registrados na Proexc, desde que comprovadas, poderão ser aproveitadas no cômputo da carga horária da disciplina, em conformidade com o Regulamento das Ações de Extensão Universitária da UFVJM.

**Onde se lê:**

**COMPONENTE CURRICULAR: DIÁLOGO COM AS COMUNIDADES I**

**Ementa:** Atividades junto às comunidades de Diamantina e região. Serão realizados ciclos de debates com diversas comunidades de Diamantina e região, no qual os estudantes irão in loco conhecer as diversas realidades e demandas locais.

PPC\_BPP\_2025, item  
11.7 - Ementário e bibliografia, p.  
112

**Leia-se:**

**COMPONENTE CURRICULAR: ATIVIDADE DE EXTENSÃO III: DIÁLOGO COM AS COMUNIDADES I**

**Ementa:** Atividades extensionistas junto às comunidades de Diamantina e região. Ciclos de debates com diversas comunidades de Diamantina e região.

Atividades extensionistas com temáticas relacionadas ao curso de Políticas Públicas e Gestão Social realizadas em projetos de extensão devidamente registrados na Proexc, desde que comprovadas, poderão ser aproveitadas no cômputo da carga horária da disciplina, em conformidade com o Regulamento das Ações de Extensão Universitária da UFVJM.

**Onde se lê:**

**COMPONENTE CURRICULAR: DIÁLOGO COM AS COMUNIDADES II**

Ementa: Atividades junto às comunidades de Diamantina e região. Serão realizados ciclos de debates com diversas comunidades de Diamantina e região, no qual os estudantes irão in loco conhecer as diversas realidades e demandas locais.

PPC\_BPP\_2025, item  
11.7 - Ementário e bibliografia, p.  
113

**Leia-se:**

**COMPONENTE CURRICULAR: ATIVIDADE DE EXTENSÃO IV: DIÁLOGO COM AS COMUNIDADES II**

**Ementa:** Atividades extensionistas junto às comunidades de Diamantina e região. Ciclos de debates com diversas comunidades de Diamantina e região.

Atividades extensionistas com temáticas relacionadas ao curso de Políticas Públicas e Gestão Social realizadas em projetos de extensão devidamente registrados na Proexc, desde que comprovadas, poderão ser aproveitadas no cômputo da carga horária da disciplina, em conformidade com o Regulamento das Ações de Extensão Universitária da UFVJM.

**Substituir todo o item 11.3 pelo texto que se encontra abaixo:**

O Bacharelado em Políticas Públicas e Gestão Social ofertará a atividade de estágio curricular supervisionado obrigatório como parte da formação dos discentes, portanto, como requisito para a conclusão do curso, com carga horária específica

A carga horária do Estágio será de 180h e será cumprida dentro de 2 Unidades Curriculares (Estágio I e Estágio II) de 90 horas cada uma, com a possibilidade de ser cumprida remotamente. Os alunos poderão se matricular nas UCs de Estágio a partir do segundo período. Estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação dos estudantes de graduação para o trabalho, integrando teoria e prática, de modo a consolidar os conhecimentos adquiridos na Universidade e desenvolver as competências e habilidades necessárias para a atuação profissional.

As atividades de estágio seguirão a regulamentação da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e da Resolução CONSEPE nº 06 de 20 de maio de 2024. No item 17.8 se encontra a Resolução que regulamenta o Estágio Obrigatório e Não Obrigatório do Bacharelado Interdisciplinar em Políticas Públicas e Gestão Social, em conformidade com Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; com a Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019; e com a Resolução Nº CONSEPE 06/2024, de 20 de maio de 2024 da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

É de fundamental importância para um curso de Políticas Públicas oportunizar aos discentes estágios que os introduzam na intermediação de diálogos com o poder público, empresas privadas, movimento sociais e entidades do terceiro setor da região, aprofundando a relação entre o ensino e a aprendizagem, na perspectiva profissional prevista no PPC.

Para o cômputo de atividades acadêmicas para os docentes, será utilizada a Resolução CONSU Nº01, de 17 de janeiro de 2023. De acordo com esta Resolução, cada hora de estágio do discente corresponderá a 0,3 horas de supervisão/orientação/coordenação da turma de estágio curricular obrigatório no modelo semipresencial.

**Substituir todo o item 17.8 pelo texto que se encontra abaixo:**

**RESOLUÇÃO COLEGIADO BPP Nº 01, DE 12 DE MAIO DE 2025**

Estabelece o Regulamento de Estágio Obrigatório e Não Obrigatório do Bacharelado Interdisciplinar em Políticas Públicas e Gestão Social, em conformidade com Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; com a Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019; e com a Resolução Nº CONSEPE 06/2024, de 20 de maio de 2024 da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

**CAPÍTULO I**  
**DA CARACTERIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS**

**Art. 1º** Estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação dos estudantes de graduação para o trabalho, integrando teoria e prática, de modo a consolidar os conhecimentos adquiridos na Universidade e desenvolver as competências e habilidades necessárias para a atuação profissional.

**Art. 2º** São objetivos específicos do estágio:

**I** - Possibilitar ao estudante a ampliação de conhecimentos teóricos e práticos em situações reais de trabalho supervisionado por profissionais da área;

**II** - Proporcionar ao estudante o desenvolvimento de competências e habilidades práticas e aperfeiçoamentos técnicos, científicos e culturais, por meio da contextualização dos conteúdos curriculares e do desenvolvimento de atividades relacionadas à sua área de formação;

**III** - Incentivar o estudante ao aprendizado de práticas, atividades e comportamentos adequados ao relacionamento socioprofissional;

**IV** - Ampliar as redes de conexão do estudante da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM com profissionais inseridos no mercado de trabalho.

**Parágrafo único** – os estágios visam introduzir os estudantes na intermediação de diálogos com o poder público, empresas privadas, movimento sociais e entidades do terceiro setor, aprofundando a relação entre o ensino e a aprendizagem, na perspectiva profissional prevista no PPC.

**Art. 3º** O Bacharelado em Políticas Públicas e Gestão Social admite tanto os estágios obrigatórios quanto os não obrigatórios.

**§ 1º** O estágio obrigatório é indispensável para a integralização curricular e constitui requisito para a colação de grau e obtenção de diploma.

**§ 2º** O estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional e complementar à formação profissional do

estudante.

§ 3º O estágio obrigatório e não obrigatório deverá ser acompanhado efetivamente por um(a) professor(a) orientador(a), docente membro da força de trabalho da UFVJM e por um(a) supervisor(a) da parte concedente (profissional com formação e/ou experiência na área de conhecimento)

§ 4º A carga horária do estágio não obrigatório poderá ser convertida à carga horária do estágio obrigatório, não sendo necessária a elaboração de novo Termo de Compromisso de Estágio, mediante atendimento dos seguintes requisitos que serão avaliados pelo colegiado de Curso:

I – A carga horária descrita no Termo de Compromisso de estágio não obrigatório deverá ser igual ou superior à carga horária do estágio obrigatório no semestre vigente.

II – As atividades desenvolvidas no estágio não obrigatório deverão ser analisadas pelo coordenador do estágio que, por sua vez, emitirá parecer ao colegiado contendo avaliação da adequação das atividades em relação ao previsto no Projeto Pedagógico Curricular.

§ 5º Aulas de unidades curriculares de cursos de graduação e pós-graduação da UFVJM não podem ser computadas como estágio obrigatório ou não obrigatório.

**Art. 4º** Os estágios devem ser formalizados pelos seguintes instrumentos jurídicos:

I - Convênio de Concessão de Estágio, quando exigido pela parte concedente do estágio - é um instrumento jurídico não obrigatório para a UFVJM, que regulamenta as condições e responsabilidades das partes quanto à execução do estágio de estudantes, de acordo com a legislação vigente.

II - Termo de Compromisso de Estágio - estabelecerá a relação entre o estudante e a concedente, com interveniência da UFVJM, sendo formalizado pela coordenação de estágio à qual se vincula o estudante.

III - Plano de Atividades de Estágio - é um documento que contém o planejamento das atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário, possibilitando verificar seu desempenho e contribuir para sua formação, devendo ser aprovado pelo orientador e pelo supervisor do estágio. Ele deverá ser assinado pelo professor orientador, estudante e supervisor, podendo ser aprimorado e retificado a qualquer momento ao longo do estágio, mediante a formalização de Termo Aditivo.

**Art. 5º** Ao final do estágio, o discente deverá elaborar um Relatório Final da Atividade de Estágio para avaliação pelo professor-orientador.

**Parágrafo Único** - O supervisor de estágio da Instituição Concedente preencherá a ficha de Avaliação do Estágio.

**Art. 6º** Os estágios devem ser cumpridos nos períodos letivos regulares e, excepcionalmente, em períodos extemporâneos, mediante análise e aprovação do colegiado de curso.

**Art. 7º** A jornada de atividades de estágio não deverá ultrapassar seis horas diárias e trinta horas semanais. O estudante poderá, excepcionalmente, cumprir jornada de estágio superior a 30 horas semanais, não mais que 40 horas, resguardados os limites e os requisitos legais, desde que não esteja cursando componentes presenciais obrigatórios e/ou optativos nos horários dedicados ao estágio.

**Art. 8º** A jornada de atividade semanal de estágio deverá ser distribuída nos horários de funcionamento da instituição concedente e ser compatível com o horário escolar do estagiário, quando for realizada durante o período letivo. Ressaltando que, a duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário com deficiência.

**Art. 9º** Eventualmente, a jornada de atividade de estágio poderá ser cumprida nos finais de semana, a depender da necessidade da Concedente e da disponibilidade do estagiário.

**Art. 10º** A carga horária do Estágio Obrigatório será de 180h e será cumprida dentro de 2 Unidades Curriculares (Estágio I e Estágio II) de 90 horas cada uma, com a possibilidade de ser cumprida remotamente.

§ 1º Os discentes poderão se matricular nas UCs de Estágio a partir do segundo período.

§ 2º As UC's Estágio I e Estágio II são corréquitos, ou seja, podem ser cursadas na sequência ou conjuntamente, a depender do interesse do discente.

§ 3º As atividades de extensão, de monitoria, de iniciação científica e de iniciação a docência desenvolvidas pelo estudante poderão ser equiparadas ao estágio obrigatório mediante solicitação do discente e anuência da coordenação de estágios do curso.

§ 4º Caso a solicitação discente seja negada pela coordenação de estágios, o colegiado, como última instância recursal, deliberará a respeito do pleito.

**Art. 11º** A carga horária do Estágio Não Obrigatório não computada como Estágio Obrigatório poderá ser computada como Atividades complementares.

§ 1º Os discentes poderão ingressar em um estágio não obrigatório a partir do segundo período, mediante anuência da Coordenação de Estágios do curso.

§ 2º A realização de estágio não obrigatório de forma voluntária, sem a contrapartida financeira da instituição concedente, configura transgressão legal.

§ 3º O estágio não obrigatório não deve interferir, em nenhuma hipótese, no período estabelecido para a conclusão do curso de graduação.

## CAPÍTULO II

### DA REALIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS

**Art. 12º** A realização do estágio obrigatório e/ou não obrigatório não acarreta vínculo empregatício de qualquer natureza, devendo ser observados os seguintes requisitos:

I - comprovação da efetivação da matrícula e frequência regular do estudante em curso de graduação da UFVJM;

II - celebração do Termo de Compromisso de Estágio entre o estudante, a parte concedente do estágio e a UFVJM; e

**III** - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso de Estágio e no Plano de Atividades de Estágio.

§ 1º O descumprimento de qualquer dos requisitos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no Termo de Compromisso de Estágio caracteriza vínculo empregatício do estudante com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 2º É vedada, no exercício do estágio, a realização de qualquer atividade em área não compatível com o curso em formação.

**Art. 13º** Caberá à coordenação de estágios do curso fazer o primeiro contato com as concedentes e manter constante interlocução com os ambientes de estágio buscando melhorias e atualizações para as práticas do estágio do curso.

**Art. 14º** O professor (a) orientador (a) de estágio será responsável pelo acompanhamento, orientação e avaliação das atividades do estagiário e, periodicamente, deverá realizar encontros, presenciais ou online, com o estagiário e com a supervisão de estágio.

**I** – Esses encontros poderão ser feitos conjuntamente entre estagiário e supervisão ou em separado, dependendo da conveniência em cada caso.

## **CAPÍTULO III** **DAS PARTES ENVOLVIDAS NO ESTÁGIO E DAS COMPETÊNCIAS**

### **Seção I - Da Concedente de Estágio**

**Art. 15º** Constituem concedentes de estágio as pessoas jurídicas de direito privado, os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e os profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.

**Art. 16º** Para a oferta de estágio, a concedente deverá atender às seguintes obrigações:

**I** - celebrar Termo de Compromisso de Estágio com a UFVJM e o estudante, zelando por seu cumprimento;

**II** - oferecer instalações que tenham condições de aprendizagem social, profissional e cultural;

**III** - indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no Curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente;

**IV** - contratar seguro contra acidentes pessoais para viabilizar o estágio não obrigatório, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, sendo facultativa a contratação de seguro por parte da concedente para o estágio obrigatório;

**V** - manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio.

§ 1º É facultada à Concedente a concessão de bolsa ou outra forma de auxílio financeiro ao estagiário em situação de estágio obrigatório.

§ 2º É compulsória à Concedente a concessão de bolsa ou outra forma de auxílio financeiro ao estagiário, bem como a concessão de auxílio transporte, no caso de estágio não obrigatório.

### **Seção II - Do Supervisor de Estágio da Concedente**

**Art. 17º** O Supervisor de Estágio indicado pela instituição Concedente deverá ser um profissional com formação ou experiência na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, a quem compete:

**I** - participar da elaboração do Plano de Atividades em conjunto com o estudante e o professor orientador;

**II** - orientar e acompanhar o estudante no campo de estágio;

**III** - zelar pelo cumprimento do Plano de Atividades;

**IV** - enviar ao estagiário e à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades (parcial e/ou final);

**V** - repor ao professor orientador quaisquer irregularidades no cumprimento do Termo de Compromisso de Estágio;

**VI** - por ocasião do desligamento, entregar ao estagiário o relatório final com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho.

### **Seção III - Da Direção da Unidade Acadêmica**

**Art. 18º** Compete à Direção da Unidade Acadêmica:

**I** - encaminhar à Diretoria de Convênios e Projetos - DCP solicitação para celebração ou renovação de convênio, quando exigido pela concedente;

**II** - estruturar e apoiar o Núcleo de Estágio, quando aprovada a sua criação no âmbito da Unidade Acadêmica;

**III** - designar o coordenador de estágio considerando a indicação do colegiado de curso.

### **Seção IV - Do Coordenador de Estágio**

**Art. 19º** Compete ao Coordenador de Estágio:

**I** - celebrar Termo de Compromisso de Estágio com a parte concedente e com o estudante, ou com seu representante ou assistente legal, quando esse for absoluta ou relativamente incapaz;

**II** - organizar os processos administrativos e pedagógicos dos estágios obrigatórios e não obrigatórios, de acordo com as legislações vigentes;

**III** - identificar os campos de estágios que proporcionem aos estudantes experiências condizentes com a formação profissional em parceria com a Prograd;

**IV** - acompanhar e apoiar a tramitação da documentação de estágios obrigatórios e não obrigatórios, orientando os estudantes em relação aos aspectos legais e organizacionais, às instituições conveniadas, bem como na escolha do Campo de Estágio;

**V** - certificar-se de que o estagiário está seguro contra acidentes pessoais;

**VI** - dar suporte aos professores orientadores e estudantes durante a realização dos estágios, alertando para as respectivas responsabilidades;

**VII** - coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pertinentes aos estágios, em conjunto com os demais professores orientadores;

**VIII** - facilitar os processos de comunicação entre os vários sujeitos envolvidos nos estágios (estudantes, professores orientadores, supervisores e concedentes);

**IX** - elaborar e definir, quando couber, em conjunto com o professor orientador de estágio, o cronograma de distribuição de estudantes nos campos de estágios;

**X** - receber do professor orientador os relatórios parciais e finais de atividades, elaborados pelos acadêmicos;

**XI** - receber do supervisor os relatórios parciais e finais de atividades, elaborados pelas concedentes;

**XII** - manter arquivo digital com os documentos referentes à realização do estágio de cada acadêmico, conforme prazos estabelecidos pelas legislações arquivísticas;

**XIII** - colaborar no fomento de debates referentes às concepções de estágio e práticas educativas em sua relação com a educação e a sociedade, propondo estratégias de avaliação da política de estágio da UFVJM;

**XIV** - elaborar e manter atualizado um quadro síntese da organização dos estágios no curso, contendo a relação nominal dos estagiários, as unidades curriculares de estágio ofertadas em cada semestre, bem como os professores orientadores e concedentes;

**XV** - apoiar a Prograd na criação de uma rede de parcerias com concedentes com objetivo de ampliar as oportunidades de estágio para estudantes da UFVJM;

**XVI** - propor alteração nos modelos dos documentos de estágio (Plano de Atividades, Fichas de Avaliação e Relatórios parciais e finais), considerando as especificidades de cada curso.

**XVII** - identificar instituições com condições satisfatórias para oferta de estágio, em conformidade ao projeto pedagógico do curso de graduação, visando à abertura de vagas para o estágio.

**XVIII** - avaliar as solicitações de aproveitamento de estágio não obrigatório como obrigatório, emitindo parecer ao colegiado do curso.

**XIX** - identificar vagas de estágio e realizar a mediação inicial entre a concedente e o estudante.

**XX** - zelar pelo cumprimento das legislações e normas internas que regulam o estágio;

#### **Seção V - Do Professor Orientador de Estágio**

**Art. 20º** O Professor Orientador de Estágio será responsável pelo acompanhamento, orientação e avaliação das atividades do estagiário, a quem compete:

**I** - elaborar o Plano de Atividades de Estágio com o estagiário e o Supervisor da instituição concedente, bem como acompanhar a sua execução;

**II** - avaliar as instalações da concedente e sua adequação à formação do estagiário;

**III** - manter permanente contato com o supervisor responsável pelo estágio na concedente, procurando dinamizar e aperfeiçoar as condições de funcionamento do estágio;

**IV** - zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso de Estágio;

**V** - orientar os estagiários quanto ao desenvolvimento das atividades previstas no Plano de Atividades e às normas do estágio;

**VI** - solicitar a apresentação periódica do relatório parcial e, também, do relatório final das atividades realizadas;

**VII** - realizar encontros periódicos de orientação, presenciais ou online, com o estagiário e/ou supervisor para garantir o devido acompanhamento do estágio, encaminhando à coordenação de estágio os relatórios parciais e final;

**VIII** - avaliar o relatório final do estágio segundo os critérios previstos no PPC do curso;

**IX** - comunicar ao Coordenador de Estágio qualquer divergência existente durante o estágio entre as atividades desenvolvidas e o Plano de Atividades de Estágio;

**X** - comparecer às reuniões convocadas pela coordenação do estágio e pelo colegiado para tratar de assuntos referentes ao andamento das atividades de estágio;

**XI** - informar e orientar a instituição concedente quanto à legislação e normas do estágio;

**XII** - enviar à instituição concedente as datas de realização de avaliações acadêmicas, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, para fins de redução de carga horária do estágio;

**XIII** - contribuir com o coordenador de estágio na elaboração e atualização do quadro síntese da organização dos estágios no curso.

#### **Seção VI - Do Estagiário**

**Art. 21º** Para realização e conclusão do estágio, compete ao (a) Estagiário (a):

**I** - identificar a vaga de estágio e comunicar ao Coordenador de estágio do curso para os devidos encaminhamentos;

**II** - preencher o Termo de Compromisso de Estágio e submetê-lo à apreciação do Coordenador de estágio, antes da assinatura pelas partes envolvidas;

**III** - participar da elaboração do Plano de Atividades do Estágio em conjunto com o Professor Orientador e o Supervisor de Estágio;

**IV** - cumprir o Termo de Compromisso e o Plano de Atividades;

**V** - encaminhar relatórios parciais e/ou finais ao orientador do estágio.

**VI** - informar ao orientador e/ou supervisor qualquer intercorrência existente durante o desenvolvimento do estágio.

**Parágrafo único** - O estagiário deverá entregar o Termo de Compromisso e o Plano de Atividades à Coordenação de Estágios e/ou orientador, devidamente preenchidos e assinados.

**Art. 22º** O estagiário poderá ser desligado do estágio:

**I** - automaticamente, ao término do estágio;

**II** - a pedido, devidamente justificado;

**III** - decorrida a terça parte do tempo previsto para a duração do estágio, se comprovada a insuficiência na avaliação de desempenho no órgão, na entidade ou na instituição de ensino;

**IV** - a qualquer tempo, no interesse da Administração, em caso de estágio não obrigatório interno, inclusive por

contingenciamento orçamentário;

**V** - em decorrência do descumprimento de qualquer obrigação assumida no Termo de Compromisso de Estágio - TCE;

**VI** - pelo não comparecimento, sem motivo justificado, por mais de cinco dias consecutivos ou não, no período de um mês, ou 15 (quinze) dias durante todo o período de estágio;

**VII** - pela interrupção do curso na instituição de ensino a que pertença o estagiário; **VIII** - por conduta incompatível com a exigida pela concedente de estágio.

**§ 1º** A rescisão do contrato de estágio não gera qualquer direito indenizatório ao estagiário.

**§ 2º** Em caso de ocorrência das situações previstas neste artigo, o estagiário deverá comunicar ao Professor Orientador, imediatamente e por escrito.

**Art. 23º** A UFVJM não poderá cobrar do estudante qualquer taxa referente às providências administrativas para obtenção e realização do estágio.

## **Seção VII - Da PROGRAD**

**Art. 24º** Compete à PROGRAD:

**I** - Manter site atualizado com todas as informações, normas e documentos sobre estágio na UFVJM;

**II** - Orientar coordenadores de estágio sobre aspectos relacionados à implementação do estágio;

**III** - Realizar encontros periódicos com coordenadores de estágio;

**IV** - Avaliar a efetividade e a qualidade dos estágios da UFVJM, propondo melhorias e aprimoramentos nos processos sempre que necessário;

**V** - Apoiar estudantes e coordenadores de estágio na identificação de campos de estágio;

**VI** - Fomentar uma rede de parcerias com concedentes, ampliando as oportunidades de estágio para estudantes da UFVJM;

**VII** - Apoiar a Diretoria de Convênios na construção e implementação de convênios entre universidade, centros de integração, organizações da sociedade civil, instituições públicas e privadas;

**VIII** - Divulgar oportunidades de estágio entre coordenadores de estágio, orientadores e estudantes;

**IX** - Divulgar experiências de estágio junto à comunidade interna e externa por meio de publicações e eventos;

**X** - Prograd deverá monitorar os convênios realizados pelas Unidades Acadêmicas, buscando contribuir e mediar as questões de natureza pedagógicas.

## **CAPÍTULO IV**

### **DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO**

**Art. 25º** A avaliação é parte integrante do processo pedagógico e, no caso dos estágios, será feita a partir de dois instrumentos:

**§ 1º** Avaliação feita pela concedente.

**I** – Semestralmente, a supervisão de estágio avaliará o estagiário a partir de questões enviadas à concedente via Google Formulários. As respostas serão registradas pelo orientador de estágio;

**II** – Os estagiários serão avaliados nas esferas prática (contemplando quesitos de habilidade, competências e atitude) e teórica (domínio teórico das políticas públicas).

**§ 2º** Relatório Semestral do estagiário a ser avaliado pelo orientador de estágio.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 26º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as regulamentações anteriores sobre este assunto.

**Art. 27º** Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso.

## **ANEXO - Termo de Compromisso de Estágio**

De acordo com a resolução CONSEPE 06/2024, o Termo de Compromisso de Estágio é um acordo tripartite celebrado entre o estudante, a parte concedente do estágio e a coordenação de estágio, que prevê as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar, ao horário e calendário acadêmico.

É preciso utilizar o Termo de Compromisso de Estágio Supervisionado vigente, disponível na página da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD): <http://www.ufvjm.edu.br/prograd/convenios.html>

## **ANEXO**

### **ESTÁGIO (OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO) EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO SOCIAL**

Professor(a) Orientador(a) da UFVJM:

Estagiário(a):

Matrícula:

Estágio: [ ] I [ ]II

Nome da Instituição Concedente:

Endereço:

Telefone:

Nome do(a) Supervisor(a):

Diamantina

Semestre/Ano

## ANEXO

### ROTEIRO PARA ORGANIZAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

O relatório deve conter as seguintes informações:

1. Caracterização da instituição concedente:
  - a. História;
  - b. Estrutura e organização física da instituição;
  - c. Administração geral da instituição;
2. O cotidiano do estágio:
  - a. Caracterização da política pública desenvolvida;
  - b. Perfil do público atendido;
  - c. Perfil dos profissionais da instituição;
  - d. Natureza das atividades desenvolvidas pela instituição;
3. Registro das atividades de estágio:
  - a. Observações realizadas no campo de estágio;
  - b. Análise crítica-reflexiva das atividades realizadas pelo estagiário(a);
  - c. Propostas de melhorias

O estagiário deve organizar o relatório da seguinte forma:

#### (i) Introdução

A introdução é o espaço para se fazer a caracterização da instituição concedente e avaliar como foi a recepção do(a) estagiário(a) pelos gestores.

Podem ser feitos, também, comentários sobre a estrutura da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, da Faculdade Interdisciplinar de Humanidades e sobre o estágio de maneira geral

#### (ii) Desenvolvimento

Deverá conter uma síntese do cotidiano do estágio e das atividades desenvolvidas. O relatório deve ser enriquecido por dados provenientes de outras fontes, bem como por análises reflexivas do estudante. O aluno deve redigir o relatório pautando-se pela ética, deve inserir contribuições relevantes para a política e nunca depreciar a imagem da instituição concedente.

Além disso, o relatório deve trazer uma profunda reflexão sobre o impacto da prática observada para a formação dos estagiários. Atenção com escritas demasiadamente descritivas, a intenção primordial do relatório é que o estagiário construa um diálogo entre teorias, concepções, pesquisas, abordagens e metodologias estudadas durante toda sua formação e o que foi observado na prática.

#### (iii) Considerações finais

Nesse espaço, os estagiários devem fazer uma retomada geral do estágio, de suas impressões gerais, tecendo comentários sobre o que o estágio representa para sua formação. Podem apontar aspectos positivos e/ou negativos do estágio e da política pública em que atuaram.

#### OBSERVAÇÃO:

O relatório é o resultado escrito de tudo o que foi observado no período de estágio em questão. Ele deve ser claro, coerente e mostrar a capacidade do aluno em reunir dados pesquisados, estudados e de colocá-los numa sequência lógica e bem elaborada.

Os relatórios devem seguir a metodologia indicada para os trabalhos científicos, visando melhor apresentação.

Nesse sentido, os relatórios devem ter um número máximo de 20 páginas (total), escrito em fonte Times New Roman (12) ou Arial (11) e espaço 1,5. Margens 3 cm (esq. e dir.) e 2,5 (sup. e inf.).

**As referências bibliográficas devem seguir a normatização estabelecida pela ABNT.**

## ANEXO

### INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO POR PARTE DA SUPERVISÃO:

Nome do(a) Supervisor(a) no campo de estágio?

Nome da instituição concedente?

E-mail para contato?

Nome do estagiário(a)?

Qual é a sua avaliação quanto à interação do(a) estagiário(a) com o coletivo da instituição?  
(Ótima/Boa/Regular/Insuficiente)

Qual é a sua avaliação sobre o interesse, a participação e o compromisso do(a) estagiário(a)?  
(Ótima/Boa/Regular/Insuficiente)

Como você avalia a pró-atividade do(a) estagiário(a) em relação às ações de estágio realizadas?  
(Ótima/Boa/Regular/Insuficiente)

Como você avalia o domínio do(a) estagiário(a) sobre a Política Pública abordada? (Ótima/Boa/Regular/Insuficiente)

Como você avalia o empenho do(a) estagiário(a) durante o estágio? (Ótima/Boa/Regular/Insuficiente)

A assiduidade do(a) estagiário(a) foi? (Ótima/Boa/Regular/Insuficiente)

Tendo em vista o desempenho alcançado pelo(a) estagiário(a), indico: (sua aprovação / novo período de estágio / sua reaprovação)

Aspectos negativos e/ou positivos que gostaria de ressaltar e sugestões:

Aprovação pelo Colegiado de Curso, em reunião ocorrida em 12/05/2025.

Referência: Processo nº 23086.004937/2025-13

SEI nº 1817675